

Setembro 2007

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão de disseminar por vários meios a informação. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Gratos pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 O proposito é mesmo alcançar os 2 milhões de barris/dia ja em 2008	1
1.2 Governo analisa situação socio-económica da província (Zaire)	1
1.3 TAAG satisfaz exigências operacionais da União Europeia	1
1.4 FAO reafirma apoio no combate à fome no país	2
1.5 Fundo Monetário quer de Angola mais transparência	2
1.6 Ajuda as populações carentes passadas em revista	3
1.7 ONU promete reforçar combate à fome e à pobreza	3
1.8 Papel do cidadão nacional deve ser activo no processo de crescimento económico	4
1.9 Incubadora de Luanda apoia 28 empresas	4
1.10 Angola vende mais 15% de ouro negro à china	4
2 Mercado Informal e Microfinanças	6
2.1 O Calvário dos roboteiros	6
2.2 Duzentos e nove jovens aderem ao projecto Crédito Jovem	7
2.3 Associação de Pequenos Empresários pretende colaborar no comércio a retalho	7
2.4 Mercado do S.Paulo um atentado à saúde	7
2.5 BDA promete crédito aos empresários	8
2.6 Bolsa: Mercados	8
2.7 Pirataria instala-se, sobre olhar silêncioso das autoridades	8
2.8 A zunga e a realidade da cidade vazia	9
2.9 Jovens do Zaire recebem crédito do BPC e da BP	10
2.10 Kixicrédito beneficia mais de treze mil cidadãos	10
3 Governação e Descentra-lização	11
3.1 Perfil do município do Bocoio analisado em encontro de auscultação	11
3.2 Apresentadas novas administradoras de Chicomba e Quipungo	11
3.3 Administradores terminam curso sobre desconcentração administrativa	11
3.4 Encontro recomenda reforço da capacidade interventiva da Development Workshop	12
3.5 Angola, o governo, a sociedade civil e os Direitos Humanos	12
3.6 Angola nos últimos lugares de "boa governação"	13
3.7 Descentralização administrativa abrange municípios da província	13
3.8 Autoridades tradicionais pedem maior atenção	14
3.9 Autoridades tradicionais acusadas de conotação partidárias	14
4 Eleições e Educação Cívica	15
4.1 Coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral satisfeito com resultados	15
4.2 Postos de Luanda sob intenso movimento nos dias derradeiros	15
4.3 Educação cívica foi fundamental	16
4.4 Brigadas de registo eleitoral funcionam até as 23h59	16
4.5 Secretária provincial da OMA considera positiva participação das mulheres no registo	16
4.6 Muitos cidadãos vão ficar sem registo	17
4.7 Escola da fraude eleitoral na RDC vai ser transferida para Angola	17
4.8 Dados provisórios vaticinam boa safra para o registo eleitoral	18
4.9 Unita diz que faltou transparência ao registo	19
4.10 Cidadãos exortados a cultivarem o civismo	20
4.11 Desempenho da CIPE deixa ONG impressionada	20
5 Educação, Juventude e Criança	21
5.1 Estudantes caminham mais de 10 quilómetros	21
5.2 Constituido clube dos professores de alfabetização	21

5.3	Enaltecida contribuição de parceiros na erradicação do analfabetismo	21
5.4	Faculdade de Direito alberga curso sobre contencioso administrativo.....	21
5.5	Care Internacional assiste mais de 600 mil crianças	22
5.6	Duzentos e nove jovens aderem ao projecto 'Crédito Jovem.....	22
5.7	ONG angolana Linália doa bens ao Lar Kuzola em Luanda.....	23
5.8	Unicef regista taxa de mortes infantis inferiores a 10 milhões por ano	23
5.9	Governo de Luanda quer diminuir o número de crianças fora do sistema de ensino	24
5.10	Organização da mulher desenvolve acções de alfabetização no Cuvelai	24
5.11	Ministério da Juventude deve mobilizar jovens para aderir ao Crédito Jovem.....	25
5.12	Ong Causa Solidária entrega material a escolas comunitárias.....	25
5.13	Alfabetizados mais de 20 mil cidadãos em Luanda	26
6	Terra, Habitação e Urbanização	27
6.1	Casas no «Nova Vida» geram insatisfação	27
6.2	Assessor de Job capapinha abusa da posição para esbulhar terreno.....	27
6.3	Pedra sobre pedra no Quífica	28
6.4	A reconstrução do Huambo vista pelos habitantes	29
6.5	Governo constitui reserva do Estado terreno para construção de uma nova cidade em Cacuaco	30
6.6	Sobre o trânsito automóvel em Luanda	30
6.7	Baixos: Governo Provincial de Benguela.....	31
6.8	Empresas de construção civil degradam praia da chicala	31
7	Serviços Básicos	33
7.1	Serviços sociais básicos débeis.....	33
7.2	Mais água potável no Huambo	33
7.3	Incumprimento no horário de limpeza deixa Luanda cercada de lixeiras.....	33
7.4	Chuvas destroem 10 casas na povoação de Luangrico	34
7.5	Administração do Kilamba Kiaxi convive com sinistrados da chuva	35
7.6	Participação dos comerciantes no saneamento do Rangel considerado indispensável.....	35
7.7	Ministro da Saúde advoga prevenção contra a febre hemorrágica.....	35
7.8	Rede sanitária da província envolve 133 estabelecimentos	36
7.9	Vice-ministro garante que surto de cólera terminou	36
7.10	Comuna de Jau ganha sistema de distribuição de água potável.....	36
7.11	Recolhidas mais de 20 mil toneladas de lixo acumulado	37
7.12	A problemática do lixo.....	37
8	Paz e Reconciliação	38
8.1	Bispo Tocoista apela fiéis a levarem mensagem de reconciliação nas comunidades.....	38
8.2	Congresso 'PRO PACE' aborda 'Democracia e Oposição`	38
8.3	Desactivados mais de dois mil engenhos explosivos	38
8.4	Congresso Pro Peace abordou realização das futuras eleições gerais.....	39
8.5	Mulheres participam no I encontro sobre programa conjunto do género.....	39
8.6	Nações Unidas: Chefe de Estado angolano congratula-se com progressos de processos de paz	39

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 O proposito é mesmo alcançar os 2 milhões de barris/dia ja em 2008

Capital...08-09-07

Novas concessões petrolíferas, circunscritas a dez blocos de exploração ao longo da costa angolana, vão ser postas a concurso público ainda este ano.

O anúncio é da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), que exprime essa sua intenção em comunicado que este jornal teve acesso e onde se reporta aos blocos Centro da Zona Terrestre de Cabinda, 11 e 12 da Zona Terrestre do Kwanza. Segundo a concessionária dos direitos de exploração de hidrocarbonetos em Angola, no plano do concurso abrangem ainda concessões nos blocos 9, 19, 20, 21, bem como 46, 47 e 48, os três últimos em águas ultra-profundas. A região «off-shore» (em mar) de Cabinda é presentemente uma das ricas nesse recurso energético, contribuindo hoje com uma produção diária que se situa um pouco acima dos 530 mil barris, equivalente a 38% do total de petróleo angolano. Angola é o segundo maior produtor de petróleo da Africa subsaariana, depois de Nigéria, sendo neste momento responsável por uma produção diária estimada em 1,4 milhão de barris.

Mas as autoridades angolanas procuram até 2008 elevar essa cifra para 2 milhões de barris por dia. O previsível lançamento desse concurso, persegue precisamente o objectivo de elevar a produção petrolífera angolana para esta metas. Para tal, o sector vai requer investimento acrescido, razão por que o concurso é aberto a petrolíferas não só nacionais como as grandes multinacionais estrangeiras. Numa das suas edições passadas, o jornal sul-africanos Business Day revelou que a indústria petrolífera angolana vai, nos próximos dez anos, receber investimentos nunca vistos entre nós, ultrapassando inclusive o valor global do Produto Interno Bruto do país. O jornal avançava montantes na ordem dos 40 a 50 biliões de dólares previstos para o sector petrolífero, num esforço financeiro que permitirá Angola ampliar as suas capacidades de produção, suplantando produtores africanos como a Nigéria.

«A indústria petrolífera beneficiará de sólidas perspectivas de ampliação das suas capacidades nos próximos anos», salientou, na altura, John Anderson, funcionário do Fundo Monetário Internacional que, entretanto, sugeriu a criação de instituições que venham assegurar os investimentos das multinacionais

que confiaram no mercado angolano.

1.2 Governo analisa situação socio-económica da província (Zaire)

Angop...12-09-07

O Governo Provincial do Zaire está reunido hoje, quarta-feira, em Mbanza Kongo, na sua terceira sessão ordinária, para analisar a situação socio-económica da região.

O encontro, que está a ser orientado pelo governador local, Pedro Sebastião, esta a analisar a execução do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Sociais Básicos à População, durante o segundo trimestre deste ano.

Durante a reunião, os participantes serão informados sobre os estatutos e organigramas do governo provincial e das administrações municipais e comunais, bem como serão analisados documentos relacionados com a direcção provincial da juventude e desportos.

1.3 TAAG satisfaz exigências operacionais da União Europeia

Angop...13-09-07

A TAAG-Linhas Aéreas de Angola «está a corrigir os procedimentos de apoio operacional, em conformidade com as exigências do Comité de Segurança da União Europeia».

A informação foi avançada quarta-feira, 12, em Luanda, pelo presidente do Conselho de Administração da TAAG, Nelson de Jesus, durante uma conferência de imprensa conjunta - "Ministério dos Transportes, o Instituto Nacional de Aviação Civil (INAVIC) e a Transportadora Aérea Nacional".

O vice-ministro dos Transportes, Hélder Preza, anunciou na ocasião que uma equipa de inspectores do Comité de Segurança Aérea da União Europeia (UE) poderá visitar o país antes de 19 de Novembro deste ano, para avaliar este plano de acção.

Frisou que a deslocação de peritos europeus a Angola deverá acontecer antes da próxima reunião do Comité de Segurança Aérea da UE que vai examinar, entre outros assuntos, a implementação do plano do Governo angolano que visa retirar a companhia aérea nacional - TAAG da lista das empresas de aviação não autorizadas a sobrevoarem o espaço europeu.

Segundo o vice-ministro, "as autoridades aeronáuticas angolanas estão a trabalhar para responder formalmente a carta a si dirigida pela União Europeia, a sete de Setembro".

Na carta - disse Hélder Preza, a União Europeia coloca algumas interrogações sobre os detalhes do plano. Neste quadro, prosseguiu, estamos a superar as

insuficiências que ainda temos e espero que antes da visita dos inspectores do Comité de Segurança Aérea da UE tudo esteja solucionado?.

Ainda segundo o vice-ministro dos Transportes, no seu documento a União Europeia solicitava clarificação sobre a data da aprovação da nova Lei da Aviação Civil e como é que o Instituto Nacional de Aviação Civil pensava recrutar força de trabalho adicional para cumprir com as suas tarefas.

A proposta da nova Lei, que tem por "objectivo regular todas as actividades da aviação civil no espaço aéreo nacional e internacional, confiado à jurisdição angolana" foi aprovada hoje pelo Conselho de Ministros, orientado pelo Presidente da República José Eduardo dos Santos.

A referida proposta de Lei incorpora na ordem interna as normas e práticas recomendadas pela Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), através de um mecanismo designado por Normativos Técnicos Aeronáuticos?

1.4 FAO reafirma apoio no combate à fome no país

Angop...13-09-07

Angola vai continuar a receber apoios da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), no âmbito do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, em curso no país, que visa combater a fome e a pobreza nas comunidades rurais. A informação foi dada hoje (quinta-feira), em Luanda, pelo director-geral daquela organização, Jacques Diouf, durante um encontro com o ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Afonso Pedro Canga.

Segundo Jacques Diouf, a ajuda será direccionada, fundamentalmente, à assistência técnica, "pois a formação de quadros suportará os diferentes programas agrícolas desenvolvidos pelo Governo angolano".

Jacques Diouf, que se encontra em Luanda desde hoje foi já recebido pelo primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos, tendo ainda em agenda encontros com os ministros das Pescas, Ciência e Tecnologia e do Urbanismo e Ambiente, assim como deslocações às províncias do Kwanza Sul e Bengo. Nas duas províncias (Kwanza Sul e Bengo), o director-geral da FAO vai visitar projectos do sector agropecuário em curso naquelas regiões.

Jacques Diouf, que está no seu segundo mandato desde Novembro de 2005, assumiu a direcção-geral da FAO em 1994 e termina a sua visita a Angola no Domingo.

1.5 Fundo Monetário quer de Angola mais transparência

A Capital...15-09-07

O governo angolano ainda não está livre das preocupações do Fundo Monetário Internacional (FMI), que de forma recorrente insiste na necessidade de uma maior transparências na gestão dos imensos recursos do país.

A notícia é da Reuters, que cita um relatório interno daquela instituição financeira internacional, que, no entanto, reconhece avanços noutros domínios.

Angola tornou a sua economia mais transparente, mas tem de fazer mais para minimizar as preocupações sobre a corrupção e as práticas fiscais pouco ortodoxas do Governo, de acordo com a Reuters.

Segundo maior produtor de petróleo da Africa Subsariana depois da Nigéria, Angola situa-se constantemente no final da lista de transparência e corrupção internacional. O Fundo Monetário Internacional está entre os que instam o Governo a adoptar reformas fiscais.

«Angola progrediu na área da transparência fiscal nos últimos anos,» refere o relatório.

«No entanto, para ficar mais perto da melhor prática internacional nos principais aspectos da transparência fiscal, o Governo precisa e deve possibilitar a melhoria dos processos, dos procedimentos e da gestão em várias áreas,» acrescentou.

O relatório diz que Angola deve reforçar os seus processos orçamentais e o sítio do Ministério das Finanças deve ser constantemente actualizado, uma vez que era «praticamente impossível» o público controlar e avaliar como os fundos públicos são recolhidos e gastos.

O FMI afirma que as autoridades de Luanda devem esforçar-se por cumprir o Código de Boas Práticas em Transparência Fiscal do FMI, uma norma largamente aceite pela responsabilidade financeira do Governo.

O documento, que não foi publicado, foi elaborado depois de uma missão do FMI ter visitado Angola para negociações com as autoridades entre 24 de Maio e 6 de Junho.

O FMI e Angola têm estado em desacordo desde 2002, quando um relatório do FMI alegou que um bilião de dólares tinha desaparecido dos cofres de Luanda no último ano.

A organização Human Rights Watch piorou a situação ao afirmar num outro relatório que quatro biliões de dólares de receitas petrolíferas tinham desaparecido dos cofres de Angola entre 1997 e 2002.

Segundo a notícia, também disponível no portal «angoladicas.com», o país, que tem uma elevada taxa de pobreza e a pior taxa de mortalidade infantil do continente, descartou a ideia de que os fundos tinham

sido desviados pelas autoridades corruptas, em vez de responsabilizar problemas de contabilidade pelas discrepâncias.

A linha de transparência ganhou força ao mesmo tempo que Angola desfruta de um “boom” económico que foi impulsionado pelo aumento da produção do petróleo e dos seus elevados preços nas bolsas internacionais.

A petrolífera estatal angolana, Sonangol, que detém todos os direitos do petróleo do país, tem sido a maior beneficiária deste dinheiro inesperado.

O Governo utiliza as receitas da Sonangol para pagar as suas despesas e deve parar de fazer isso, afirma o FMI no documento. Recomendo ainda que as empresas estatais sejam mais transparentes na sua contabilidade.

«A responsabilidade da Sonangol em realizar acções orçamentais já não se justifica. A utilização de receitas petrolíferas para o serviço de dívida, subsídios e outras actividades quase fiscais deverão ser eliminadas gradualmente, na opinião da missão, até ao final de 2007. As auditorias da Sonangol e da empresa estatal de diamantes, Endiama deverão ser publicadas o mais depressa possível», acrescenta.

O FMI está igualmente preocupado com o uso de crédito pago em petróleo, Luanda recebeu pelo menos quatro biliões de dólares em empréstimos desse tipo apenas da China, e questionou o papel dual das empresas estatais na emissão de concessões e nas parcerias dos mesmos projectos.

«Nos últimos anos o potencial conflito de interesses tem sido gerido com maior transparência, mas ainda está presente», afirma o relatório.

1.6 Ajuda as populações carentes passadas em revista

Folha8...22-09-07

As organizações não governamentais nacionais e estrangeiras analisaram no dia 10.09, em Luanda, os compromissos de Angola na qualidade de presidente do Conselho da ONU para os direitos humanos, ao mesmo tempo que preparam a sua participação no encontro sobre "direitos humanos» a realizar-se em Genebra, Suíça.

Angola candidatou-se ao Conselho das Nações Unidas a 3 de Maio e a eleição aconteceu no dia 17 de Maio deste ano, altura em que o país assumiu alguns compromissos que terá de cumprir enquanto permanecer no Conselho. Angola reafirma em documento que vai continuar a dedicar particular atenção aos direitos humanos, pobreza, desenvolvimento sustentável, protecção ambiental, oportunidades iguais e acesso aos recursos naturais, tais como o fornecimento de água, alimentação, educação,

habitação adequada, serviços de saúde e trabalhar para um melhor funcionamento dos órgãos das Nações Unidas que estão directamente ligados aos direitos humanos.

No mesmo documento, Angola faz referência às responsabilidades internacionais de que é parte, como diplomas legais, convenções e protocolos internacionais e destaca aqueles que considera de maiores compromissos internacionais e que pretende ver cumpridos a nível internacional, da região Austral e a nível nacional.

Dos dezassete pontos constantes no documento, o destaque vai para os que têm a ver com os direitos humanos, a promoção e a defesa desses direitos, que têm como principal fim a defesa da pessoa humana.

Eunice Inácio, da ONG Development Workshop, defendeu que este documento precisa de maior divulgação para um melhor conhecimento dos cidadãos, para que estes possam também dar a sua contribuição no cumprimento das obrigações assumidas por Angola. "Isto merece um encontro mais amplo antecedido de uma divulgação e distribuição dos documentos com os tais compromissos e, se possível, um encontro em que a sociedade civil não esteja sozinha, mas estejam presentes pelo menos órgãos do Ministério das Relações Exteriores ou do Parlamento, para em conjunto serem analisados estes compromissos e só depois partir-se para a sua implementação que são, quanto a mim, de forma multi-sectorial", salientou.

ONGs nacionais e estrangeiras analisaram protocolos assinados por Angola e convenções que já foram ratificadas, ao mesmo tempo que se preparam para participar no fórum internacional sobre direitos humanos a realizar-se em Genebra, Suíça.

1.7 ONU promete reforçar combate à fome e à pobreza

Folha8...22-09-07

O Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), vai reforçar as relações com Angola, especialmente no combate à fome, garantiu em Luanda o seu director-geral, Jacques Diouf. "Espero que esta visita se traduza em relações mais fortes entre a FAO e Angola no combate à fome em Africa e no Mundo", salientou.

O alto funcionário da ONU falava aos jornalistas a 16 no final de uma visita de quatro dias que realizou a Angola, para o reforço da cooperação sobretudo no domínio da assistência técnica. Nesse sentido, referiu que a FAO continuará a dirigir o seu apoio em programas de desenvolvimento nos sectores da agricultura, pecuária, pescas e florestal e ajudar os esforços do

executivo angolano no combate à fome. "É, sem dúvida, uma evolução positiva, tendo em conta o recém-terminado período de conflito armado.

No entanto, existe toda necessidade em fazer muito mais, sobretudo, nas zonas rurais, onde se concentra 70 por cento das populações pobres", assinalou Diouf, que durante a sua estadia visitou projectos agro-pecuários nas províncias do Bengo e Kwanza-Sul. "Constatamos aí um grande esforço na criação das infra-estruturas rurais e isso é a base para um desenvolvimento económico e social assente numa produção competitiva", disse.

1.8 Papel do cidadão nacional deve ser activo no processo de crescimento económico

Angop...22-09-07

O ministro-adjunto do primeiro-ministro, Aguinaldo Jaime, defendeu sexta-feira, em Luanda, um papel pró-activo do cidadão no processo de crescimento económico em curso no país.

O governante frisou que nesta fase em que Angola regista um crescimento "vigoroso e robusto" o cidadão deve adoptar uma atitude pró-activa aproveitando o quadro de oportunidades que o país oferece para fazer negócio e tornar a economia forte e diversificada. Aguinaldo Jaime falava num encontro com jornalistas, e não só, sobre o tema "Crescimento Económico Angolano realidade ou utopia?", no âmbito das jornadas alusivas ao 31º aniversário da Rádio Nacional de Angola (RNA) a assinalar-se no dia 05 de Outubro. "Neste ambiente, em que estão já a operar no país 19 bancos e um número crescente de instituições financeiras não bancárias, que constituem fontes de financiamentos" - referiu, os cidadãos angolanos têm hoje imensas oportunidades para expandir os seus negócios e aumentar os seus rendimentos.

Relativamente aos benefícios, "o crescimento da economia nacional" representa um aumento do volume de bens e serviços e proporciona um quadro de oportunidades para o aumento de emprego, realização de negócios e aumento dos rendimentos e o bem-estar das populações" sustentou Aguinaldo Jaime.

O benefício passa igualmente pela oferta de oportunidade da diversificação do emprego ao cidadão, a redução da taxa de desemprego, que considerou "muito elevada", e na obtenção de renda e na construção de infra-estruturas económicas e sociais no país.

A par do crescimento produtivo não petrolífero e da redução da inflação, o processo de desenvolvimento deve ser acompanhado de esforços a nível dos sectores da educação e da saúde, na base científica e

tecnológica, sublinhou o ministro-adjunto do primeiro-ministro.

1.9 Incubadora de Luanda apoia 28 empresas

Angop...25-09-07

A Incubadora de Empresas de Luanda (IEL), criada em Maio deste ano, está a apoiar 28 micro, pequenas e médias empresas de vários ramos de actividades, que pretendem desenvolver os seus negócios e criar novos empregos.

Em declarações hoje (terça-feira) à Angop, o director da IEL, Jacinto Ferreira Domingos, disse que, fruto dos serviços prestados pela incubadora, estas empresas, maioritariamente ligadas a construção civil, hotelaria e turismo, tratamento de sucatas e informática, conseguiram criar 72 postos de trabalho.

Explicou que a criação de incubadoras no país teve como objectivo apoiar o sector empresarial, nomeadamente micro, pequeno e médio empresário, que necessitam de orientações e bases para consolidar e expandir os seus negócios.

De acordo com Jacinto Domingos, o pequeno empresário tem muita dificuldade em elaborar planos de negócios, daí a formação nesta área, um dos principais objectivos da incubadora.

Ao entrar para a IEL, o pequeno empresário tem um período de zero a seis meses considerado de pré-incubação para amadurecer as suas ideias, e só depois passa para a incubação altura em que já possui a pequena empresa e presta serviços, permanecendo durante dois anos.

Informou que os seus serviços são solicitados, principalmente por estudantes dos institutos médios e universitários, jovens e adultos a procura do primeiro emprego, formando os centros de formação profissional, bem como micro, pequenas e médias empresas já constituídas ou em fase de constituição. A incubadora, com uma capacidade instalada para 30 empresas, constitui uma estrutura física dotada de um conjunto de serviços de apoio, que visam a criação e o desenvolvimento de micro, pequenos e médios empresários.

A IEL é um organismo público/privado em que intervêm o Ministério da Administração Pública, através do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Chevron e a Infodev-Banco Mundial, como cofinanciador.

1.10 Angola vende mais 15% de ouro negro à china

A quantidade de petróleo importado de Angola pela China aumentou 15,4 por cento em Agosto, reforçando a posição do país como principal fonte da matéria-prima em África, segundo dados da direcção-geral de Alfândegas chinesas.

Em Agosto, a China importou de Angola perto de 1,8 milhão de toneladas métricas de crude, abaixo da principal fonte chinesa, Arábia Saudita (2,6 milhões), e acima do Irão (1,6 milhão).

Em termos acumulados, as compras de petróleo a Angola caem 6,8 por cento desde o início do ano, para 15,5 milhões de toneladas métricas, depois de um forte aumento no ano de 2006, para nível recorde. As importações da Arábia Saudita sobem oito por cento e as do Irão 21,4 por cento. Entre os 10 primeiros, as maiores subidas registam-se nas compras ao Sudão (567 por cento) e Cazaquistão (161 por cento).

A ganhar importância está ainda o Brasil, de onde a China importou mais 80,9 por cento de crude em Agosto, um total de 374 mil toneladas métricas. Desde o início do ano, a China comprou 1,6 milhão de toneladas de crude ao maior país sul-americano, mais 24,8 por cento do que no mesmo período do ano passado.

Angola produz 1 milhão e 400 mil barris de petróleo por dia, numa altura em que o sector prevê investir 50 biliões de dólares, entre 2008 e 2015, no fabrico de instalações e equipamentos petrolíferos. O ano de 2005 é apontado como o período de explosão na produção de crude. No total, foram perfurados 22 poços, sendo 12 de pesquisa e 10 de avaliação. Dos poços de pesquisa, foram contabilizadas cinco descobertas comerciais, das quais quatro ocorreram no Bloco 31.

Em 2005, foram ainda dados passos importantes no projecto de aproveitamento de gás natural, Angola LNG, que entrou já na segunda fase de desenvolvimento (engenharia de detalhe). Outro dos destaques de 2005, segundo o ministro Desidério Costa, foi a escolha de Angola para a presidência da Associação dos Países Produtores de Petróleo Africanos (APPA).

A produção petrolífera continua a ser o grande motor da economia angolana. Segundo dados, o país deverá produzir 1,8 milhão de barris por dia até ao fim de ano, 2,1 milhões em 2008 e cerca de 2,6 milhões em 2010. Angola tornou-se membro de pleno direito da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep), em Dezembro último. Mas o aumento para mais de 500 mil barris/dia, a partir de Novembro próximo, decidido pela organização na última reunião, que decorreu em Viena, no passado dia 11 de

Setembro, não vincula Angola nem o Iraque. Segundo o que ficou expresso no comunicado final, o país vai continuar com o seu ciclo normal de produção sem estar sujeito a qualquer definição da sua quota produtiva.

A medida vem reforçar o que havia sido avançado pelo secretário-geral da organização, Abdalla Salem elhadri, aquando da sua visita a Angola em finais de Agosto, a convite do ministro dos Petróleos de Angola, Desidério Costa. Na altura, Abdalla Salem el-Hadri descartava qualquer medida naquele sentido.

Porém, em função da decisão da reunião de Viena (Áustria), Angola poderá assumir a presidência rotativa da organização, a partir de 2009, uma vez que a Argélia foi eleita para exercer a presidência, a partir do dia 1 de Janeiro de 2008, e o ministro Desidério Costa como presidente alternativo para o período de um ano. O ministro das Minas e Energia da Argélia, Chakib Khehil, é o presidente da conferência da Opep, mas começa a exercer a função em 2008.

Doravante, a presidência do cartel vai ser definida em função da ordem alfabética, o que quer dizer que Argélia assume em 2008 e, em 2009, Angola.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 O Calvário dos roboteiros

Folha8...01-09-07

O recrudescer da guerra no interior do país, na década de oitenta e meados de noventa, agravada com as assimetrias económicas resultantes da governação discriminatória, provocou o êxodo da população que migrou das zonas de origem para encontrar refúgio no litoral, tendo sido Luanda, a província que acolheu a maior parte dos deslocados e refugiados internos, que pela força do destino utilizam vários meios para sobreviver, daí o surgimento dos roboteiros, uma força indispensável da economia informal angolana.

O surgimento de profissões e de certos movimentos que impulsionam as pessoas procurar meios para sustentar as suas famílias. Tudo resulta da migração e a gestão política provocou o surgimento de novas classes sociais, destacando-se os roboteiros, um grupo que é bastante activo no mercado informal, mas que é muitas vezes alvo de discriminação por parte das autoridades, que através da polícia nacional, empreendem campanhas de exclusão e expulsão destes trabalhadores. Desta vez, os roboteiros da Procafé, em Luanda, foram alvo de espancamento e presos por agentes da ordem pública que os obrigou a sair das imediações da empresa Angoalissar, onde exerciam a actividade de transporte de carga de comerciantes retalhistas. Os dias 26 e 27 de Agosto foram os mais difíceis na vida de muitos jovens espoliados pela polícia. Provenientes na sua maioria de Benguela, Huambo e Bié, viram os seus carros de mão a serem destruídos e queimados pela polícia, enquanto que muitos deles foram espancados e outros acabaram por ser presos quando tentavam reivindicar a brutalidade e a impiedade dos agentes da ordem pública numa atitude que espelha a falta de deontologia profissional. Marcos Mbongue, natural da Canata no município do Lobito, província de Benguela, relata com tristeza o episódio protagonizado pela polícia na passada segunda-feira, 26 de Agosto, lembrando os velhos tempos da PIDE. "Não é a primeira vez que isto acontece, mas desta vez a polícia excedeu as suas competências. Foi uma acção preparada, porque eles chegaram preparados para tudo. Começaram a correr connosco e os menos atentos foram recolhidos e levados para a esquadra junto da CIMEX, onde foram detidos e os carros de mão foram queimados", disse, para depois acrescentar que muitos ofendidos com palavras que espelham um real tribalismo. "Regressem às vossas

terras sulanas de merda, estão a sujar a cidade. Caso persistam em desenvolver a vossa actividade vão morrer", lembrou.

"Estamos com medo mano. Não sabemos o que fazer. Se não tra balhar, transportando carga como poderei sustentar a minha família e formar os meus filhos e os meus irmãos órfãos, visto que os nossos pais morrem durante o conflito armado e eu sou o mais velho deles, por isso, tenho a obrigação de lutar por eles. O Governo não faz nada pelos milhares de órfãos que por esta Angola navegam. Não queremos ser gatunos mas organizar a nossa vida de forma honesta", referiu. A classe de roboteiros, classe constituída maioritariamente por jovens, são constantemente, associados a grupos de meliantes, por isso, são os alvos predilectos da polícia nacional e dos fiscais do Governo provincial, que ao invés de encorajar aqueles que pretendem trabalhar através de programas de impacto concreto, as autoridades preferem optar pelo chicote, não se sabendo, no entanto, que políticas a seguir para acabar com a pobreza e o desemprego. A maioria dos roboteiros, como é o caso de Paulo Gabriel Chikukuma, não possui instrução académica que lhes permite ter acesso a formação profissional, porque o mercado de trabalho assim o exige, nem meios financeiros para o ingresso em estabelecimentos de ensino, fazendo do transporte de cargas dos armazéns, locais frequentados por muitos comerciantes retalhistas e zungueiras das zonas periféricas, o seu local de trabalho.

Optaram por fazer trabalhos que mais se adequam a sua condição, mas as autoridades não pensam deste jeito, procurando cada dia que passa agudizar a vida de muitos. De acordo com Chikukuma, a rua da Caxicane, no bairro da Terra Nova, perto da empresa Procafé, junto a Angoalissar, no município do Rangel em Luanda, assiste-se o desfile constante dos carros de mão numa acção que indica uma organização, formando uma cooperativa, tudo para assegurar a sobrevivência das suas famílias e a polícia sabendo que os roboteiros são o elo mais fraco, procuram justificar as derrotas que levaram na guerra contra as zungueiras. A jornada de trabalho, de muitos deles, começa muito cedo. João Gonçalves Moma garantiu que por volta das cinco horas de madrugada, começa a jornada laboral, alguns com clientes permanentes, mas a sua maioria espera sentado até que a sorte bata a porta e ser convidado a levar alguma mercadoria. Os valores que ganham não são muitos, mas permitem manter a vida, conforme confidenciou a este Bissemanário Chikukuma, natural do Bailundo província da Huambo. Segundo ele, o carregamento depende da distância e por dia fazíamos, perto de 4 a 5000 kwanzas, tirando os lanches, restam sempre trocos que chegam para fazer algumas economias para comprar

cigarros e roupas usadas e calçados de fardo e ainda para mandar para a família lá na província de origem, assegurou para depois rematar: "não há mal que dure. O importante é não pararmos. Vamos conseguir, porque estamos a lutar.

Em conversa com estes jovens, chega-se a conclusão de que a política do Estado para a juventude precisam de ser reformuladas, para que haja integração de facto e que aqueles que mais precisam do apoio efectivo tenham acesso a ele. Os micro-créditos, os apoios a pequenas iniciativas familiares, devem ser suficientemente divulgados, para que estes, os principais alvos, tenham conhecimento das condições de acesso, deixando de usar a força para implementar o Estado de medo nas pessoas menos desfavorecidas.

2.2 Duzentos e nove jovens aderem ao projecto Crédito Jovem

Angop...12-09-07

Uma média de 209 jovens, com idades superiores a 18 anos, remeteram processos junto da Direcção Provincial do Huambo da Juventude e Desportos a fim de se beneficiarem de créditos para constituírem pequenas e médias empresas.

Os jovens, de ambos os sexos, fazem parte de grupos de cinco a dez elementos, num total de 40 associações. De acordo com o sub-coordenador do projecto "Crédito Jovem", Martins Sukete, para aceder ao crédito, os jovens apresentaram planos dos quais constam, principalmente, iniciativas para pequenos negócios como lavagem de viaturas, comércio geral, construção civil, recauchutagem, farmácia, sapataria, carpintaria e avicultura.

Esclareceu que os financiamentos serão atribuídos depois dos jovens concluírem o curso de formação em Gestão, através do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), que servirá para capacitá-los sobre as técnicas relacionadas à matéria e posteriormente para a aquisição do crédito.

Martins Sukete explicou ainda que cada requerente, segundo o risco do projecto apresentado, poderá receber entre 500 a 20 mil dólares, reembolsáveis num período de 6 meses a 3 anos.

De acordo com o sub-director do projecto, os créditos serão cedidos por facturação e a taxa de juros está fixada entre 10 a 12 por cento.

Quanto a extensão do programa aos restantes municípios da província, Martins Sukete, referiu que depois dos candidatos do Huambo serem contemplados os requerentes do município do Bailundo, por possuir uma dependência do banco de Poupança e Crédito, parceiro directo no financiamento dos projectos da

juventude.

O "Crédito Jovem", inserido no programa Angola-Jovem, tem por finalidade a criação de pequenas e médias empresas, incentivar o auto-emprego juvenil, apoiar iniciativas comerciais e empresarias da juventude para diminuir a delinquência juvenil e ocupar os tempos livres dos beneficiários.

O programa foi lançado em Abril pelo Ministério da Juventude e Desportos, visando melhorar a situação socio-económica dos jovens desfavorecidos e ajudar a combater a pobreza. Esta avaliado em cinco milhões de dólares.

2.3 Associação de Pequenos Empresários pretende colaborar no comércio a retalho

Angop...12-09-07

A Associação dos Pequenos e Médios Empresários de Cabinda (APMECA) pretende colaborar com o Governo local na organização do comércio a retalho e venda ambulante, informou hoje, quarta-feira, o presidente da organização, António Serrano Segundo o presidente, a associação vai trabalhar para acabar com a desordem que se assiste em algumas artérias do município de Cabinda por causa do comércio a retalho e dislinar os vendedores ambulantes.

António Serrano falava à Angop no final de um encontro com proprietários de pequenas lojas e cantinas, encerradas pela administração municipal devido às obras de reabilitação do principal eixo rodoviário aeroporto-cidade.

No entanto, o presidente da APMECA solicitou o apoio da Administração Municipal de Cabinda para a recuperação das vias terciárias que dão acesso à rua das Forças Armadas e facilitar a circulação de pessoas e de viaturas, assim como evitar a interrupção dos trabalhos de reabilitação.

Este processo, afirmou, pode viabilizar com muita segurança o trânsito automóvel e dar maiores facilidades à empresa Tecnovia nos seus trabalhos na estrada das Forças Armadas.

A Administração Municipal de Cabinda encerrou os armazéns e lojas retalhistas devido ao fluxo de populares, viaturas, e da venda de produtos na rua e nos passeios que têm dificultado a reabilitação do troço das Forças Armadas.

2.4 Mercado do S.Paulo um atentado à saúde

Folba8...22-09-07

Quem visita o mercado do S. Paulo, na direcção de quem sai da Cuca para o centro da cidade, tem a estranha sensação de estar a chover, ou pelo menos ter chovido muito, em pleno cacimbo.

Esta reacção resulta do facto de as vias estarem constantemente inundadas, com uma larga extensão de águas pútridas a colorir o triste ambiente que se assiste no local, embora as chuvas estejam ausentes da cidade capital há largos meses. Apesar da indiferença geral e do silêncio perturbante das autoridades, vendedores e visitantes do mercado são unânimes em admitir que estão a correr sérios riscos de saúde, mas alegam que a resolução do problema não está ao seu alcance.

"O que é que vamos fazer? Não podemos ser nós a limpar os esgotos e a trazer os carros para sugar esta água." defendem-se os feirantes, enquanto alguns visitantes os criticam de contribuir significativamente para a sujidade que grassa no mercado. Por outro lado, alguns apontam o dedo aos proprietários de lojas existentes no local, acusando-os de depositarem os seus resíduos sólidos bem à porta dos edifícios, onde permanecem muitos dias até se misturarem com as águas estagnadas. No entanto, segundo os proprietários de lojas e armazéns, os amontoados de lixo devem-se ao facto de a ELISAL, Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda, se atrasar na recolha dos resíduos sólidos, mesmo com os comerciantes que assinaram contrato com a mesma.

Este quadro apresentado pela martirizada cidade capital demonstra uma total falta de preparação para a mesma receber a próxima época chuvosa, o que de facto se repetirá caso as autoridades competentes não redobrem esforços com vista a tomá-la mais preparada e assim se evitarem catástrofes como as vidas perdidas em Janeiro e Fevereiro passados.

2.5 BDA promete crédito aos empresários

Angolense...22-09-07

Para o pontapé de saída, o BDA conta com assistência técnica das empresas Mecanagro, a Gesterra e do Instituto Nacional de Apoio as Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

No centro das prioridades estão as províncias de Benguela, Kwanza-Sul, Bengo, Bié, Huambo, Huíla e de Malanje. As mesmas foram identificadas para o cultivo do algodão. A primeira fase do referido crédito terá início no ano de 2008 e serão disponibilizados 19 milhões e cento e vinte e nove mil dólares. Esse é o montante previsto para as referidas províncias. Ainda em relação ao cultivo do algodão e da indústria têxtil, estão previstos 10 milhões 625 mil dólares para as províncias de Malange e Kwanza-Sul.

Para a cadeia produtiva dos materiais de construção, o banco tem disponíveis 12 milhões 750 mil USD.

A segunda fase, segundo a fonte, irá contemplar as restantes províncias embora não tenha avançado quando é que ela teria início. Para a correcta gestão dos créditos disponíveis, o Banco de Desenvolvimento Angolano irá submeter os beneficiários à formação. A componente formativa está orçada em 5 milhões de dólares. As reacções a essa notícia não se fizeram esperar. O empresário benguelense Aderito Areias, louvou a iniciativa do porque segundo ele, o empresariado nacional precisa da ajuda dos bancos. "O apoio é fundamental, grande parte dos empresários perderam as suas riquezas durante o confronto armado", disse. Aderito exortou a classe empresarial angolana a ajudar o Governo a desenvolver o país. "Cada um com os poucos recursos que tem deve procurar fazer alguma coisa", apelou.

Para o empresário José Ventura, a ideia é bem vinda na medida em que a agricultura é a base do desenvolvimento de qualquer país. "Os empresários querem desenvolver a agricultura, mas o grande problema são os créditos", afirmou. Mas adiante referiu que, o sector agrícola da província carece de muitos apoios bancários para que se possa combater a fome e a miséria.

Quem também aplaudiu a iniciativa é o vice-presidente da Câmara do Comércio do Kwanza-Sul, José Kungo que apelou os empresários a se organizarem como forma obterem os créditos prometidos.

"Os empresários devem estar inscritos na câmara, só assim o banco poderá capitalizar os recursos

2.6 Bolsa: Mercados

Agora...22-09-07

Três mercados abastecedores de produtos diversos serão criados no próximo ano em Luanda nos municípios de Viana, Cacuaco e Samba, com vista a reduzir o fluxo de pessoas aos centros da cidade. A tática é de fazer com que estes municípios sirvam de postos de abastecimento das mercadorias provenientes do Norte do país. Enquanto isso, a comuna do Benfica servirá de posto de abastecimento dos produtos oriundos do Kuanza Sul e Benguela. Esta estratégia das autoridades surge na sequência da Lei das actividades comerciais recentemente aprovada pelo Conselho de Ministros e pela Assembleia Nacional.

2.7 Pirataria instala-se, sobre olhar silencioso das autoridades

Agora...22-09-07

A anarquia na venda de bens e serviços no país é uma realidade que não se pode ocultar. Chegam reclamações

de quase todos os quadrantes do país. Em Luanda o fenómeno é muito mais visível devido à fluidez monetária e a proliferação, um pouco por toda a parte de armazéns e casas de prestação de serviços mercantis sobretudo de estrangeiros, onde não se descarta a fuga ao fisco.

Boa parte dos armazéns de comerciantes, na sua maioria oriundos do norte de África instalados na capital e arredores, têm estado a comercializar electrodomésticos de durabilidade muito duvidosa, o que tem deixado muitos consumidores com os cabelos eriçados. Mais grave ainda é que muitos destes bens industriais são vendidos com catálogos em árabe e outras línguas estrangeiras, não havendo também nenhuma garantia para assistência. Um empresário de Luanda, que tem revendido estes produtos na sua loja instalada na avenida dos Combatentes, referiu que se trata de uma autêntica confusão a que o Governo há muito devia por cobro, porque isso está a afectar grandemente a população, já de si pobre. O empresário, Luís Gonzaga Teca, disse que já perdeu cerca de cinco mil dólares nas transacções comerciais, em Julho e Agosto últimos porque a maioria das pessoas a quem revendeu os aparelhos que adquiriu nos armazéns dos libaneses teve de devolvê-los por avaria. O interlocutor assegurou que os equipamentos que tem adquirido nos últimos tempos têm sido muito contestados pelos clientes, facto que no seu entender sugere uma tomada urgente de medidas para se evitar a desorganização que se vem instalando há alguns anos.

"Se calhar, as pessoas não estão a reclamar em massa, por não haver também essa cultura reivindicativa em relação a quem nos serve. De todas as formas, temos de aconselhar a população a estar atenta em face da desorganização que impede uma melhor prestação de serviços ao cidadão", notou o nosso interlocutor.

No início, quando começou a saga dos armazéns, segundo as nossas fontes, os produtos ainda não eram da contrafacção mas, pouco a pouco, os homens ávidos do lucro fácil começaram a injectar mercadorias de durabilidade duvidosa.

"Estão a tirar-nos o pouco que temos para bem das suas famílias e dos países de origem. Este é um problema a que o Governo devia pôr cobro na base de mecanismos afins em que se inclui a fiscalização", considerou Luís Teca, acrescentando que nas províncias, onde o seu grupo empresarial se faz representar a desilusão por causa dos produtos pirateados tem sido muito frequente.

"Isto não é só uma vergonha para o empresariado, mas também para o próprio Estado, ficando-se com a ideia de que este não consegue proteger os seus cidadãos", acrescentou. A desgraça não se apoderou só deste empresário. Henrique Cafundi, que também se dedica à comercialização de electrodomésticos afirmou que o

problema alarga-se não só aos aparelhos (geleiras, gravadores e reprodutores de som), mas também a gama de produtos que vêm sendo comercializados, quer sejam bens duradouros como perecíveis. Na óptica deste comerciante, a falta de uma fiscalização actuante é uma das causas desta confusão que se assiste no domínio comercial, "onde mesmo indivíduos não licenciados exercem a actividade", com todos os inconvenientes que dali podem advir.

"Quem tem de vender por exemplo produtos perecíveis devia estar devidamente licenciado e com todos os boletins de sanidade em dia. Não é porém o que se constata, havendo muitos becos sem condições onde indivíduos que não se expressam em português têm os seus negócios bem desenvolvidos", disse o nosso interlocutor, salientando que "se as autoridades aprovaram uma lei para disciplinar tudo isso, seria bom que acelerassem para a sua aplicação" .

2.8 A zunga e a realidade da cidade vazia

Folha8...22-09-07

Como em todas as metrópoles africanas, a cidade do Huambo regista, desde o fim da guerra, o fenómeno da venda ambulante, ou simplesmente zunga, que tem crescido consideravelmente nas ruas.

O quadro preocupa as autoridades locais, que se desculpam no encerramento do maior mercado da cidade e o dos Himalaias, que estão a ser reabilitados. "Este encerramento está a propiciar o crescimento do comércio ambulante nas ruas", disse ao F8, Carlos Machado da direcção provincial dos serviços comunitários, acrescentando estarem por isso preocupadas as autoridades locais, que estão a estudar a construção de mais espaços para albergar os vendedores ambulantes.

Neste momento, enquanto decorrem os trabalhos de restauro do mercado municipal (mercado da Baixa), encontra-se o dos Himalaias, que pela sua dimensão não tem capacidade para albergar os desalojados da Baixa que encontraram alternativa nas ruas, para comercializar produtos diversos. Entendida como uma actividade de sobrevivência desenvolvida, principalmente por fambas de baixa renda, devido as características de exercício. o comércio ambulante é uma das actividades que mais empregos liberais garante as pessoas desempregadas e sem outras alternativas.

"Sabemos que a população precisa de sobreviver, por isso, a grande preocupação do Governo provincial é aumentar a construção de mercados, para mudar a imagem da cidade".

2.9 Jovens do Zaire recebem crédito do BPC e da BP

Jornal de Angola...26-09-07

As agências bancárias do BPC e a empresa petrolífera Bp, através da Direcção Provincial da Juventude e Desportos no Zaire, estão a conceder crédito, desde o mês passado, aos jovens, com o fim de incentivar o empreendedorismo na região.

O director provincial da Juventude e Desportos no Zaire, Manuel Katendi, disse que o crédito visa proporcionar oportunidades aos jovens para a realização dos seus sonhos, tendo em consideração não só o seu papel nas tarefas de reconstrução do país mas também no desenvolvimento sócio-económico.

Os candidatos deverão ter, como requisito, idade compreendida entre 18 e 30 anos, ser de nacionalidade angolana, residir na província do Zaire há mais de cinco anos, apresentar um plano de negócios e estudos de viabilidade económica.

O financiamento deve concordar com o projecto a ser apresentado pelo candidato, segundo Manuel Katendi, director provincial da Juventude e Desportos do Zaire.

O interlocutor fez saber ainda que os interessados no projecto, com a categoria de uma associação, ou integrados numa sociedade comercial, devem, para o efeito, apresentar uma certidão da empresa, alvará comercial última Declaração de Arrecadação de Receita (DAR).

Alguns jovens que falaram à reportagem do "JA" foram unânimes em afirmar que a aprovação do projecto. "Crédito Jovem" pelo Governo Central é gratificante, na medida em que irá facilitar muitas pessoas desempregadas a criarem os seus próprios negócios. Pedro Monteiro Senge, de 30 anos de idade, aplaudiu a iniciativa, e contou que, no caso de conseguir ter acesso ao crédito, pretende aplicar o dinheiro na construção de uma loja de venda de produtos diversos.

2.10 Kixicrédito beneficia mais de treze mil cidadãos

Jornal de Angola...26-09-07

Mais de treze mil e 143 cidadãos que exercem comércio informal nas províncias de Luanda e Huambo, respectivamente, beneficiam de crédito desde o princípio do corrente ano, segundo a directora do programa, Verónica José.

A acção é uma iniciativa do Programa, de Meios de Vida Sustentáveis (SLP) Kixicrédito da Organização Não Governamental Development Workshop (DW-Angola)

O programa, que conta com uma disponibilidade financeira avaliada em mais de 2 milhões de dólares, concede créditos na ordem dos 100 a 10 mil dólares,

sendo que têm como objectivo, assistir financeiramente as pessoas com um baixo rendimento a exercerem actividades geradoras de rendimento de modo a que saiam dos níveis de extrema pobreza. Em Luanda, o referido projecto contempla os municípios de Cazenga, Sambizanga, Kilamba Kiaxi e Viana, enquanto que, na província do Huambo contempla o município sede, assim como o município de Bailundo.

Verónica José disse que o Kixicrédito funciona como uma instituição financeira não convencional, ajustada às necessidades das pessoas com um estado desfavorável no plano financeiro ou aqueles que desenvolvem actividades comerciais informais e que não tenham acesso a serviços bancários.

Nesta perspectiva, Verónica José acrescentou que o Kixicrédito privilegia essencialmente mulheres, que neste momento representam a ordem dos 64 por cento (8 mil 437) dos beneficiários por serem elas, que em muitos casos assumem o papel de chefes de família, exercendo comércio informal.

"Privilegiamos essencialmente mulheres. São a camada mais vulnerável da nossa sociedade. Elas representam mais da metade das pessoas que se encontram no sector informal, o que nos leva a apoiá-las com uma certa intensidade", disse. A directora do programa referiu, igualmente, que o projecto concede quatro tipos de empréstimos financeiros, a destacar o "Kixissolidário", destinados a grupos formados no máximo por vinte pessoas, "Kixireforçado", para grupos de cinco integrantes, ainda o "Kixinegocio", e "Kixissalário". Este último, é concedido somente a trabalhadores que auferem salário igual ou inferior a 100 dólares.

Além do crédito, explicou a fonte, o SLP providencia também, formação sobre desenvolvimento de negócios, acesso aos serviços bancários e sociais visando capacitar os beneficiários para melhor gestão e rentabilização dos fundos concedidos.

A interlocutora anunciou a extensão do Kixicrédito no próximo trimestre deste ano, para a província do Bié como resposta das solicitações dos bienes.

"Neste momento estamos a trabalhar nas áreas periurbanas de Luanda e Huambo, onde temos instalados sete agências. Temos intenção de expandir o projecto para outras áreas do país, tendo a província do Bié como próxima beneficiária", garantiu.

O Programa de Meios de Vida Sustentáveis (SLP) foi concebido no âmbito de uma estratégia de Luta Contra a Pobreza Urbana iniciada em 1999 pela ONG Development Workshop em Angola. A organização desenvolve actividades sócio-humanitárias no país há 25 anos.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Perfil do município do Bocoio analisado em encontro de auscultação

Angop...10-09-07

Aspectos de segurança pública, economia, sociedade e cultura do município do Bocoio, a 102 quilómetros da cidade de Benguela, foram analisados pelos membros do conselho de auscultação e concertação social local, soube hoje a Angop.

Durante a reunião, que decorreu no final de semana, e orientada pelo administrador municipal, António Saraiva, os membros dos órgãos reflectiram sobre os serviços e acções desenvolvidas nas áreas da Saúde, Educação, Cultura, Juventude, Desporto, Energia e Água, vias de comunicação, ambiente e saneamento. António Saraiva, no termo do encontro, manifestou-se preocupado com a deficiente formação de quadros nos sectores da Saúde e Educação, técnicos da Agricultura, Pecuária e da Administração local do Estado, tendo precisado a realização de mais cursos académicos e profissionais nas referidas áreas, com vista a servirem melhor as comunidades e o município em geral. Os membros do conselho de auscultação, no final da reunião, manifestaram-se satisfeitos com a excussão do programa do Governo, que visa melhorar e aumentar a oferta de bens e serviços básicos à população.

3.2 Apresentadas novas administradoras de Chicomba e Quipungo

Angop...11-09-07

As novas administradoras municipais do Quipungo e Chicomba, Fernanda Cândida Ukali e Lúcia Francisca, respectivamente, foram apresentadas, segunda-feira, às populações das referidas localidade, pelo governador da Huíla, Ramos da Cruz.

Na ocasião, o governador instou as administrações municipais a empenharem-se na criação de infra-estruturas municipais para o desenvolvimento das regiões.

Ramos da Cruz considerou que a unidade será a força motriz das novas administrações, que deve ter como prioridade a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Lúcia Francisca, que substitui no cargo o malogrado, Januário Calola, elegeu o saneamento básico, educação

e saúde como prioridades do seu mandato. Por sua vez, a nova administradora de Quipungo, Fernanda Cândida que substitui Jaime Caviau, disse que o desenvolvimento do município por si dirigido, passa pela introdução de políticas participativas de toda sociedade local.

As novas governantes tomaram posse na última semana.

3.3 Administradores terminam curso sobre desconcentração administrativa

Angop...14-09-07

Administradores e gestores de 51 municípios do país concluíram hoje, sexta-feira, em Luanda, com êxito um curso de capacitação, no quadro do processo de desconcentração administrativa e da criação das novas unidades orçamentais.

Segundo o director-geral do Instituto de Formação da Administração Local (Ifal), Furtado Azevedo, ao intervir na sessão de encerramento, este processo vai permitir um maior desenvolvimento das províncias, visto que os municípios terão autonomia para tratar assuntos antes da alçada dos governos provinciais. A formação, em que participaram 204 técnicos da administração local do Estado, incidiu na criação de incentivos para fixação de quadros ao nível dos municípios, para que eles possam ajudar na planificação dos investimentos a realizar e a própria gestão dos recursos a serem colocados à disposição dos municípios.

O curso deriva da recente aprovação, pelo Conselho de Ministros, do Memorando sobre a Melhoria da Gestão Municipal, que permite a conversão dos municípios em unidades orçamentais.

Com este novo enquadramento, os municípios vai poder reforçar a sua capacidade de intervenção na execução dos programas e projectos nas áreas do ambiente, saneamento básico, serviços de electricidade e fornecimento de água, entre outros.

Algumas das medidas constantes do memorando são imediatas e começaram já a ser implementadas, enquanto outras entrarão em prática a partir da concepção do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano.

Com a nova legislação, as administrações municipais passarão a conceber os seus próprios programas mínimos de desenvolvimento municipal.

3.4 Encontro recomenda reforço da capacidade interventiva da Development Workshop

Angop...25-09-07

O reforço dos projectos e áreas de intervenção e a adaptação dos seus programas à nova realidade do desenvolvimento nacional afiguram-se como principais recomendações da Reunião do Conselho de Coordenação da organização não governamental Development Workshop Angola (DW), hoje encerrado.

O encontro, decorrido desde segunda-feira, no Museu de História Natural, em Luanda, contou com a participação de 25 membros, provenientes das quatro províncias em que a DW se faz representar nomeadamente Cabinda, Huambo, Luanda e Lunda Norte, e discutiu aspectos ligados a vida estratégica da organização até 2008.

O aumento do perfil da DW como uma organização nacional, a revisão dos programas estratégicos para os projectos de descentralização em curso em parceria com o governo foram igualmente conclusões do fórum.

Foi também decidido que a DW utilize a sua experiência para a formação e reforço das capacidades de outras organizações da sociedade civil nacional. A DW, de origem canadiana, trabalha em Angola há 26 anos em programas de luta contra a pobreza urbana, água, saneamento básico educação cívica, saúde, entre outros sectores.

Neste momento, a ONG tem carácter nacional com a denominação DW Angola.

3.5 Angola, o governo, a sociedade civil e os Direitos Humanos

Folha8...28-10-07

No passado dia 10 de Julho de 2007 O Director da UTCAH, o Sr. Pedra Ualipi Calenga, numa entrevista a Rádio Nacional de Angola acusou certas ONGs angolanas de trabalharem á margem da lei, dizendo: "Há organizações, e todos nós conhecemos, porque actuam de dia, que incitam muitas vezes as populações a não abandonarem as áreas onde construíram de forma anárquica. Refirome concretamente à Associação Mãos Livres, à Associação SOSHabitat, à Associação Justiça Paz e Democracia e à Open Society, constituída também por angolanos, pode ser de origem americana, mas constituída integralmente em Angola". Segundo Calenga, essas, organizações alegam "violação dos direitos dos cidadãos" para justificarem a sua actividade, mas, segundo o director da UTCAH, essas

ONGs "desenvolvem acções contrárias à lei, de desobediência ao Governo e às instituições". Essas ONGs, sobretudo as nacionais, no dizer de Calenga, "muitas vezes incitam a população a reagir em alguns casos até de forma violenta contra as instituições e contra as autoridades".

Quanto às ONG internacionais, disse, "tendem a desenvolver acções que no contexto da legislação angolana deveriam ser desenvolvidas por partidos políticos e não por organizações não governamentais". Depois destas declarações do Sr. Director Pedra Calenga, uma delegação do Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos da qual fiz parte, encontrou-se com o referido Director da UTCAH onde ele dá o dito por não dito ou seja diz que "a Associação Mãos Livres e as outras estavam legais e agiam em conformidade com as leis vigentes". Infelizmente faltou-lhe até agora algo como "C" grande ou melhor CORAGEM no verdadeira sentido da palavra, para ir de novo à Rádio Nacional, TPA, ao Jornal de Angola ou ANGOP para desmentir o que lhe tinham mandado dizer. No encontro que o Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos teve com o representante do Ministério da Justiça o Sr. Director do Gabinete Jurídico do Ministério da Justiça Dr. Alvarenga que contradisse as anteriores declarações do Sr. Director da UTCAH Sr. Calenga, sem contudo fazer algum pronunciamento público.

É neste mar de confusão, de informações e contra informações, actos de cobardia verbal que estamos envolvidos.

Os meios de comunicação públicos (RNA, TPA, JA e ANGOP) não tiveram a humildade de escutar as ONGs visadas por tais acusações. Cumpriram com a missão do patrão, lançaram o fel e o veneno, igualando a criminosos perigosos os que para estas ONGs trabalham. Contra todos os princípios da ética jornalística, deveriam nos mesmos espaços noticiosos dar voz aos acusados permitindo-lhes assim dar a conhecer a sua versão dos factos. Apenas serviram de boca de aluguer ou porta vozes de quem? Para os colegas jornalistas dos meios de comunicação estatal, devemos recordar-lhes de que a "Associação Mãos Livres" é, segundo o seu estatuto que vem publicado no Diário da Republica, uma "Associação de Jornalistas e Advogados" que defendem os Direitos Humanos. (...) Este sociólogo marxista-leninista nunca ouviu falar de Direitos Humanos, Democracia ou Liberdades Fundamentais dos seres Humanos lá onde ele se formou, e se calhar sempre que ouve falar de Direitos Humanos sente comichão ou dores nos ouvidos. Caro Simão Helena, siga os ventos da mudança, pois o país está a mudar e cada dia que passa jamais será idêntico ao anterior, as pessoas também mudam em consequência destas mudanças, não perca o comboio

pois nunca é tarde para aprender. Leia todas as Convenções Internacionais que Angola assinou e cuja lista segue divulgada pelo nosso Embaixador nas Nações Unidas Sr. Ismael Mateus A. Gaspar Martins, e se não souber onde encontrar diga que eu enviar-lhe-ei com muito gosto pois, como sociólogo que é, lhe ajudarão melhor a resolver o problema do povo. No passado mês de Junho, Angola recebeu com júbilo a notícia segundo qual, o País passava a fazer parte dos membros da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia das Nações Unidas.

As ONGs que promovem e defendem os Direitos Humanos em Angola receberam esta notícia com imensa alegria, pois esta decisão poderia significar um maior engajamento do governo na defesa dos Direitos Humanos a partir desta nomeação. No dia 3 de Maio de 2007, o Embaixador de Angola nas Nações Unidas Sr. Ismael Mateus A. Gaspar Martins enviou uma carta submetendo a candidatura de Angola ao Conselho dos Direitos Humanos para o período de 2007 a 2010 segundo tradução que publicaremos na nossa próxima edição .

3.6 Angola nos últimos lugares de "boa governação"

Angolense...29-10-07

Angola está nos últimos lugares de um novo índice, publicado em 25 de Setembro, a classificar os Governos da África subsariana de acordo com o seu desempenho nos últimos cinco anos.

Financiado pelo reputado multimilionário de telefones móveis, Mo Ibrahim, o Índice Ibrahim de Governação Africana é uma classificação dos 48 países da África subsariana de acordo com a qualidade da respectiva governação e avalia o progresso nacional em cinco áreas chave.

A saber: Protecção Pessoal e Segurança, Estado de Direito, Transparência e Corrupção, Participação e Direitos Humanos, Desenvolvimento Económico Sustentável e Desenvolvimento Humano.

Produzido pela prestigiosa Escola de Governo Kennedy, um departamento da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, o Índice deverá, segundo considera o editor da BBC para Assuntos Africanos, Martin Plaut, "provocar um aceso debate."

'Espantosos' Escreve ele que "os resultados deste estudo são espantosas.

Embora não constitua uma surpresa que Estados insulares estáveis como as ilhas Maurícias e as Seicheles se achem no topo do Índice e a Somália, que não tem um Governo em pleno funcionamento desde a queda de Siad Bane em 1991, em último lugar, os africanos podem achar outros resultados difíceis de

compreender.

Quantos, por exemplo, veriam o Ruanda (18º lugar) como o país que mais melhorou no continente "entre 2000 e 2005? Organizações de direitos humanos retratam o Ruanda como um Estado em que a oposição é reprimida e os jornalistas são perseguidos e intimidados.

Isto, considera Plaut, "indica talvez quanto mais credibilidade os académicos depositam no desenvolvimento do que nas liberdades democráticas. "

Palop

Quanto aos PALOP, Cabo Verde regista-se em quarto lugar na lista de 48 países, seguido, em décimo, por São Tomé e Príncipe. Moçambique encontrase em 23º, Angola em 42º e a Guiné-Bissau é o quinto país a contar dos últimos da lista, em 44º lugar.

Dos gigantes da África subsariana, a África do Sul, demonstrou, algo previsivelmente, um bom desempenho de governação, em quinto lugar, mas a Nigéria, em 37º, poderá, tal como Angola, ficar surpreendida de se encontrar abaixo do Zimbabué (31º lugar).

Dos principais países africanos a República Democrática do Congo é a penúltima da lista o que, mais uma vez, constitui uma surpresa visto que, desde os últimos Cinco anos, o período em que a lista foi efectuada, o país começou a emergir dos seus longos anos de guerra .

3.7 Descentralização administrativa abrange municípios da província

Angop...29-09-07

Os municípios do Andulo e do Bié, província como mesmo nome, beneficiaram, este mês, de treze milhões de Kwanzas, no quadro do programa de descentralização administrativa do poder local, destinada a melhoria da prestação de serviços nas instituições, informou hoje o director local do Gabinete Estudo e Planeamento (GEPE), Afonso Jorge Assafe.

Segundo o director do GEPE, a acção vai permitir aos Governos municipais, com meios próprios, atrair quadros com vontade de dar o seu contributo para a implementação de vários projectos. Esclareceu que Governo da província pretende, com isso, responsabilizar as autoridades administrativas municipais, no sentido de assumirem com maior protagonismo o programa do quinquénio (2009/2013) relativo ao melhoramento e desenvolvimento socioeconómico das vilas, através da descentralização do poder local.

O responsável sublinhou que, por forma a manter o controlo e acompanhamento da aplicação das verbas,

foram criadas duas unidades orçamentais. De acordo Afonso Assafe, num primeira fase foram seleccionados apenas dois municípios para servirem de experiência piloto.

O programa de descentralização do poder local na província do Bié iniciou em Agosto do ano em curso.

3.8 Autoridades tradicionais pedem maior atenção

Agorae...29-10-07

Se agarrando ao facto de ser uma das mais antigas localidades da província do Uíge, para além das recentes inaugurações de que a povoação beneficiou as autoridades tradicionais pedem junto do governo local uma atenção cuidada visto que as populações recorrem às instâncias do poder tradicional para que estes possam ter uma intervenção mais visível junto do governo local.

Algumas das dificuldades manifestadas pela população também são directamente sentidas pelos sobas e regedores da localidade.

Aqueles dirigentes clamam por uma intervenção imediata no que toca ao processo de alfabetização das populações, que encontram uma série de limitações no que toca a educação.

Essa situação é contrária aos dirigentes tradicionais que funcionam junto do Governo Provincial do Uíge que com têm maior mobilidade na transmissão dos anseios da população para satisfação das suas necessidades.

3.9 Autoridades tradicionais acusadas de conotação partidárias

Angolense...29-10-07

O partido no poder continua a monopolizar as autoridades tradicionais. A denúncia é do presidente do Partido Angolano Conservador do Povo (PACOPO), Artur Finda, que teceu duras críticas aos sobas que na óptica favorecerem o MPLA. "Existe um monopólio muito grande, as autoridades tradicionais são obrigadas a fazer trabalhos partidários a favor do partido no poder e não recebem outros partidos", denunciou.

No entender do político, as autoridades tradicionais não podem ter conotação partidária por serem os "donos da terra" e orientadores do povo nas aldeias. "Os sobas deveriam ter outra postura", defendeu. Finda que falou antes do primeiro congresso do seu partido que teve início hoje, disse que a democracia continua a ter a duas velocidades, uma em Luanda e outra nas restantes províncias. "Temos encontrado alguma abertura, mas existem ainda problemas. A democracia só se faz mas sentir em Luanda", lamentou.

Em relação ainda a este assunto, aquele líder político denunciou também as intimidações contra os militantes

do seu partido e de outros.

Segundo ainda Artur Finda, muitos militantes, devido a sua filiação partidária, são obrigados a optar em permanecer no partido em que militam ou perder o emprego. Convidado a comentar sobre os dois cenários, o político afirmou que na maioria dos casos os militantes optam pelo último, devido a carência de emprego.

o político endureceu o discurso e citou exemplos concretos com particular realce para os representantes do seu partido nas províncias do Uíge e do Huambo que foram forçados a abandonar aquela formação partidária para a preservação do posto de trabalho. O antigo representante do partido no Uíge é técnico de saúde e teve que fazer uma escolha difícil. Na hora da decisão, a necessidade de sustentar a família falou mais alto.

No planalto central de acordo ainda com o número do PACOPO, a sua formação perdeu 25 mil militantes devido a intimidação. "O partido esteve quase encerrado, só agora é que está a dar passos", concluiu. Legalizado a 4 de Dezembro de 1995, o Partido Angolano Conservador do Povo foi fundado em 1993.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral satisfeito com resultados

Angop...08-09-07

O coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), Virgílio de Fontes Pereira, manifestou-se hoje, em Menongue, província do Kuando Kubango, satisfeito com o processo de registo eleitoral, a avaliar pelos dados obtidos em todo o país, quer em número como na qualidade do trabalho efectuado.

O governante exprimiu este sentimento à imprensa, no termo da visita de dois dias ao Kuando Kubango, onde orientou a derradeira reunião do órgão que dirige, destinada a avaliar o processo de registo eleitoral em todas as vertentes e delinear as tarefas subsequentes a primeira etapa da preparação das eleições legislativas, previstas para 2008.

“Nesta reunião do Kuando Kubango, fizemos o ajustamento estatístico e verificamos que estamos bem em termos numéricos e qualitativos, porque abrangemos todos os extratos da nossa população e todos os municípios e comunas do país” - comentou o coordenador da CIPE.

Virgílio de Fontes Pereira salientou que a cifra de eleitores obtida, até ao momento, é satisfatória, porquanto ultrapassou o número preconizado no início do processo, que era de 7,5 milhões de cidadãos. Esclareceu que depois do prazo de registo, o passo seguinte será da elaboração dos cadernos eleitorais, que serão afixados, aguardando por eventuais reclamações dos cidadãos quanto à fiabilidade dos dados por estes fornecidos e, posteriormente, remetê-los à Comissão Nacional Eleitoral (CNE) e aos partidos políticos. “A partir dessa altura, cessará a nossa tarefa e caberá à CNE prosseguir com o processo” - disse, precisando que a fase da actualização do registo dos cidadãos será uma tarefa rotineira e normal dos governos provinciais e das administrações municipais e comunais, a qual deverão realizar todos anos.

Sobre eventuais solicitações dos cidadãos relativamente a reclamações e recursos, o também ministro da Administração do Território disse que o encontro decidiu criar estruturas (guinches) junto das administrações municipais e comunais para dar o devido tratamento administrativo dos processos. Reafirmou que as brigadas de registo eleitoral irão

funcionar até às 23.59 do dia 15 de Setembro, devendo encerrar, impreterivelmente, um minuto depois (zero horas), pelo que reiterou o apelo aos cidadãos que ainda não se registaram a fazê-lo antes daquela data. A visita de dois dias de Fontes Pereira e seus colaboradores à província do Kuando Kubango culminou com uma deslocação à Jamba, sede comunal do Luiana, município do Rivungo, onde constatou o andamento do registo eleitoral, o qual considerou positivo.

“Houve um trabalho meritório da parte da comissão provincial executiva e do governo local” - reconheceu o ministro, que louvou a entrega de todos os actores do processo no Kuando Kubango.

4.2 Postos de Luanda sob intenso movimento nos dias derradeiros

Jornal de Angola...14-09-07

Há pouco mais de 24 horas do termo do registo eleitoral, os postos de cadastramento observam uma presença considerável de eleitores.

O cenário era previsível, não fosse a confirmação de um já velho hábito de correr atrás do prejuízo, apesar dos inúmeros apelos feitos pelas entidades ligadas directa e indirectamente à organização do processo, incluindo rostos conhecidos da vida social angolana, entre desportistas, músicos e políticos, que deram o seu quinhão nessa obra.

Uma equipa de reportagem do JA efectuou ontem uma ronda por vários postos de registo ao redor da cidade de Luanda, a fim de medir a pulsação do processo de registo, nessas últimas horas de um período de cerca de nove meses.

Francisco Lopes Adriano, chefe da brigada nº 60282, destacada no município da Samba, refere que a aderência aumentou nos últimos dias, com realce para os jovens que na sua maioria fazem recurso à prova testemunhal devido à falta de documentos pessoais. As razões pelas quais só agora os jovens resolveram registar-se fundam-se, na opinião de Francisco Adriano, num certo desleixo destes, uma vez que fora deixando tudo para o fim. Esse comportamento, acrescentou, deriva do facto de não terem noção da importância do processo do registo eleitoral.

O chefe da brigada afirma terem surgido ao longo do processo algumas dificuldades ligadas ao comportamento de certos eleitores, porém, ultrapassadas com o tempo.

"Mas é normal em qualquer actividade onde intervêm várias pessoas. Houve vezes em que pessoas pretendiam registar-se mesmo sem reunirem os

requisitos como a idade e a documentação. Quando rejeitamos tentavam implicar-se conosco,mas graças a Deus tudo se resolveu sem recurso às autoridades policiais".

Mas o registo foi para alguns uma escola. Diatunga Joana, 26 anos,brigadista do posto de registo 60282, no município da Samba, diz ter ganho muita experiência ao longo do processo do registo eleitoral. Ressalta o facto de ter aprendido a lidar com o público, já que teve de entrevistar uma variedade de pessoas de vários níveis culturais,académicos. Estudante universitária, Diatunga foi motivada a participar como brigadista neste processo,primeiro pelo facto de a CIPE ser uma instituição pertencente ao Estado,e como tal seria uma oportunidade de um dia conseguir um ingresso num organismo estatal. Para Diatunga Joana, a temperatura registada nas tendas e outros espaços onde ficaram instalados e que,em muitas situações, provocou inúmeras avarias aos equipamentos e a falta de documentação por parte de muitos eleitores foram as barreiras que se apresentaram ao longo da tarefa do registo eleitoral.

Por outro lado, é notória a presença dos fiscais dos distintos partidos políticos nos postos de registo eleitoral. Na brigada 60310,localizada na escola José Martir,no município da Maianga,está concentrado um aglomerado de fiscais de sete formações partidárias. De entre eles está Amilton Samuel Ricardo, 31 anos, pertencente à UNITA. Afirma que o processo de registo eleitoral correu sem grandes sobressaltos,num ambiente de coordenação total entre fiscais e brigadistas..

4.3 Educação cívica foi fundamental

Jornal de Angola...14-09-07

Matilde Feliciano Neto, 53 anos de idade,agente da educação cívica na brigada número 60254, situada na escola 17 de Setembro, município da Samba, exhibe um semblante alegre, ciente do dever cumprido. A alegria estampada no rosto é motivada pelo vazão do pátio da escola,um espaço que a alguns meses albergou multidões ávidas por fazer o registo eleitoral. Já na recta final do processo, Matilde Neto não tem dúvida de que o seu trabalho foi fundamental para o êxito do processo. O seu trabalho era prestar esclarecimentos e convidar pessoas que ainda não tinham feito o registo para que entrassem no posto. Matilde lembra que foi difícil quando foi determinado que os activistas deviam passar de casa em casa,por todos os cantos dos municípios. Mas os resultados mostraram que a batalha foi ganha.

"O nosso trabalho foi positivo a todos os níveis,pois

que os activistas de Educação Cívica Eleitoral viram o seu esforço compensado quando começou a assistir-se uma forte afluência de público aos postos de registo".

4.4 Brigadas de registo eleitoral funcionam até as 23h59

Angop...15-09-07

As brigadas de registo eleitoral vão funcionar neste sábado, último dia do processo, até as 23h59 para permitir o cadastro dos cidadãos que ainda não o fizeram.

De acordo com o coordenador da Comissão Interministerial para o Processo eleitoral, Virgílio de Fontes Pereira, em declarações à Televisão Pública de Angola, disse que sexta-feira e nesta manhã de sábado registavam-se ainda grande enchentes nos postos de registos em várias localidades do país.

Segundo referiu, nas províncias de Cabinda, Kwanza Norte, Uíge, Malanje e Luanda, onde nos últimos dias se verificavam os postos vazios, "dispararam" muito em termos de número nestes dois últimos dias.

"Já esperávamos isto, não é nada que nos tenha surpreendido, conhecemos os angolanos e sabíamos que alguns haviam de se registar a última hora", referiu. Informou que neste momento estão a funcionar em Luanda ainda cerca de 40 brigadas, apelando aos cidadãos que ainda não se registaram a acorrem aos postos até às 23h59.

Deu a conhecer que as brigadas que estão a funcionar no mercado do "Roque Santeiro", Aeroporto, nas imediações da Assembleia Nacional, estão ainda a efectuar um grande número de registos.

O registo eleitoral teve início a 15 de Novembro de 2006 e termina hoje, após um período de prolongamento de 90 dias. Dados provisórios indicam estarem já cadastrado mais de sete milhões e 500 mil eleitores.

4.5 Secretária provincial da OMA considera positiva participação das mulheres no registo

Angop...16-09-07

A primeira secretária da organização da Mulher Angolana (OMA) na Huila, Olga Chaves, considerou hoje (domingo) no Lubango, positiva a participação das mulheres durante o processo de registo eleitoral, terminado a 15 de Setembro.

Olga Chaves acrescentou a entrega das mulheres superou todas as expectativas de cadastramento de mulheres filiadas na OMA da província Huila.

Embora não ter avançado dados estatísticos, a secretaria da OMA garantiu que todas as mulheres da organização que dirige na província estão registadas. A Organização da Mulher Angolana na Huila controla cerca de 120 mil militantes.

4.6 Muitos cidadãos vão ficar sem registo

Angolense...15-09-07

O Secretário Provincial do Partido de Renovação Social no Kwanza-Sul, Cipriano Carvalho, é de opinião que o registo decorreu sem problemas assinaláveis, apesar de terem ficado de fora muitos cidadãos.

"Quando faltavam poucos dias para terminar o processo ainda muita gente não havia se registado, o que é preocupante", argumentou.

Disse ainda que não deve haver pressa na realização das eleições, uma vez que o prazo estipulado para o registo, segundo ele, é insuficiente, o que impossibilitou o cadastramento de todos os cidadãos com idade eleitoral activa.

O político do PRD é de opinião que não se pode apenas depender das estimativas, é necessário que se faça um censo populacional para se apurar quantos angolanos existem e quantos cidadãos estão em idade de votar.

No seu entender dele, só assim é que se pode fazer um registo mais abrangente. " O constatamos aqui no K.S. é que a maioria das pessoas que se registaram não possuía nenhum documento que comprovava a sua nacionalidade e data de nascimento", afirmou.

Por esta razão, segundo ele, muitos menores se registaram, bastando para tal possuir uma constituição física considerável. Todavia, admitiu que até pessoas com 13 anos terão adquirido o cartão de eleitor. Por este facto, aconselha a uma maior organização nos próximos processos de registo e a definição de um prazo mais alargado para que todos possam registar-se.

Uma fonte afecta à UNITA no K.S e que preferiu não se identificar, uma vez que até ao momento o Secretariado do seu partido nesta província não têm ainda um responsável. Garantiu que o registo está a decorrer com normalidade, mas o que deixa insatisfeito muitos dos seus correligionários é o facto dos fiscais não terem sido remunerados satisfatoriamente ao longo do processo. "Em países organizados e até mais pobres que Angola, um processo como este merece uma grande atenção por parte dos responsáveis do processo. O que registamos no caso angolano é que muitos brigadistas passaram fome nos postos de registo", lamentou.

Segundo revelou, até ao momento existem fiscais que não foram remunerados mas sempre trabalharam para

o êxito do processo. A falta de pagamento, de acordo ainda com a fonte, está relacionada com as exiguidades das verbas que o seu partido recebeu da CIPE.

Tal como o Secretário do PRD, aquele "maninho" pensa que muitos cidadãos vão ficar sem o cartão de eleitor, tudo porque as brigadas montadas na província não foram capazes de responder à procura.

"As brigadas não foram até às lavras onde existe a maior parte da população", denunciou.

Por seu turno, o Secretário do MPLA no Sumbe, Gilberto Pereira, garantiu que o registo teve o êxito desejado.

"A CEPPE conseguiu, ao longo destes nove meses, cobrir o município do Sumbe, segundo informações que tivemos", avançou aquele membro do partido dos " camaradas" .

No entender de Gilberto Pereira, o processo foi transparente, pois, todos os partidos tinham um fiscal em cada posto de registo. Em relação aos partidos que não tiveram fiscais nos postos, estes devem queixar-se de si mesmo, segundo o Secretário do MPLA no Sumbe. No entanto, o Angolense apurou de fonte oficial que ao longo do registo eleitoral muitos cidadãos estrangeiros tentaram registar-se no Sumbe e noutros pontos da província, mas foram impedidos.

Os estrangeiros, maioritariamente do Congo Democrático, foram entregues à polícia, segundo a fonte em referência

4.7 Escola da fraude eleitoral na RDC vai ser transferida para Angola

Folha8...22-09-07

O secretário-geral da UNITA, Abílio Camalata Numa, admitiu no dia 20.09, em Luanda, que a escola que fabricou os resultados das eleições na República Democrática do Congo (RDC), que conduziram ao poder o presidente Joseph Kabila, está a ser gizada para intervir em Angola.

"Há muita similitude do nosso processo de eleições com o que aconteceu na República Democrática do Congo", disse Numa durante uma entrevista ao Folha 8, salientando que a oposição está atenta às manobras desencadeadas pelo partido no poder com o apoio do Governo. Para o efeito a sua formação política está a especializar-se no que diz respeito à divulgação de cadernos eleitorais, que deverão ser disponibilizados com antecipação aos agentes interessados (os partidos políticos), para serem analisadas cuidadosamente.

"É aqui onde poderemos encontrar muita gente registada duas ou três vezes", referiu, apelando a uma maior colaboração por parte da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE),

quando chegar a altura.

O número três do Galo Negro está optimista na vitória do seu partido nas próximas eleições legislativas, informando já terem uma estratégia e, no caso de uma desvantagem que a impossibilite de formar Governo, recorrerão a alianças com outros partidos. "O nosso objectivo é afastarmos este regime. Os angolanos estão cansados com a miséria generalizada, a corrupção, a exclusão social e com a violação sistemática dos direitos humanos", disse. Recorde-se o facto da CIPE ter afirmado o registo de oito milhões e 39 mil eleitores, entre 15 de Novembro de 2006 e 15 de Setembro deste ano, contra os 7,5 milhões inicialmente previstos.

Se tivermos em linha de conta que o MPLA tem, segundo dizem os seus mais altos dirigentes, mais de um milhão de membros e a JMPLA, mais de dois milhões, teremos o paltido no poder na liderança desta batalha, caso sejam fiáveis estes números.

Logo muito terão de batalhar os partidos da oposição, mais a mais tendo o "EME" a máquina na sua mão e todo o aparato da riqueza do país controlado pelas suas gentes. Recentemente, no termo da 8ª sessão extraordinária do Conselho de Ministros, o ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira, garantiu estar a Comissão Interministerial, composta, quase que exclusivamente por membros do MPLA, a proceder com isenção a uma operação de recolha de dados, tendo em conta a existência de bligadas em áreas recônditas do país. O órgão que dirige, garantiu, recebeu a anuência do Governo para discutir com as entidades competentes o período para a apresentação dos dados definitivos, provavelmente em Outubro próximo.

Os números provisórios serão apresentados à Comissão Nacional Eleitoral (CNE) e aos paltidos políticos, nos próximos dias, possivelmente após a reunião do Kwanza Sul, que deverá ocorrer entre 22 e 24.09, com todos os actores do processo para se proceder à plimeira aproximação dos dados consolidados após 15 de Setembro.

A comunidade internacional, através do corpo diplomático acreditado em Angola, receberá igualmente o pacote de registo inicial, numa decisão já aprovada pelo Conselho de Ministros.

Posteriormente haverá uma exposição dos cadefllos de t"egisto eleitoral, seguida da fase de recurso e reclamações dos cidadãos, e só depois é que os cadernos serão entregues à CNE, que deverá prosseguir com as tarefas inerentes à preparação das eleições.

Virgílio Fontes Pereira lembrou que a fase de actuaJização do registo terá lugar em Maio próximo, período durante o qual serão recenseados cidadãos que não o fizeram até 15 de Setembro passado, por várias

razões, bem como os que irão completar 18 anos de idade até à dada das eleições, ainda por definir.

so, à sua chegada ao Sumbe, Fontes Pereira vai manter um encontro com o governador provincial, Serafim do Prado, e com membros do executivo local. De seguida, o também ministro da Administração do Território desloca-se ao Instituto Nacional de Petróleos, a 13 quilómetros do Sumbe, onde decorrerá a cerimónia de encerramento oficial do processo. No sábado, terá lugar o acto formal de desmobilização de uma brigada de registo eleitoral, seguido da entrega simbólica, pelo Conselho Técnico Eleitoral (CTE), de um computador ao ministro Fontes Pereira e da chave de encerramento do registo eleitoral.

O registo de cidadãos nacionais com capacidade eleitoral iniciou a 15 de Novembro de 2006 e deveria terminar a 15 de Junho de 2007, mas, constrangimentos provocados pelas chuvas e outras dificuldades de ordem objectiva, ditaram o seu prolongamento até 15 de Setembro último

4.8 Dados provisórios vaticinam boa safra para o registo eleitoral

A Capital...22-09-07

Resultados preliminares apresentados na passada terça-feira, 18, no decurso de uma reunião do Conselho de Ministros (CM), indicam que 8 milhões e 39 mil eleitores foram registados em todo o país, ultrapassando-se a perspectiva inicial de sete milhões e 500 mil. Do número de registados, 2 milhões e 300 mil são da província de Luanda e 800 mil são da Huíla.

O ministro da Administração do Território, Virgílio Fontes Pereira, que coordena a Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral, afirmou que os dados apresentados poderão estar muito abaixo da realidade, uma vez que prossegue a recolha de dados. Virgílio Fontes Pereira explicou que a recolha de dados pode levar algum tempo, uma vez que muitas brigadas foram colocadas em áreas recônditas de difícil acesso.

«Vamos mobilizar a nossa logística para recolher estes dados, as dificuldades que se colocaram ao processo na sua primeira fase desaconselham que nós queiramos fazer às pressas a apresentação dos dados definitivos. Recebemos a anuência do Conselho de Ministros no sentido de discutirmos com as entidades competentes o período para a apresentação dos dados definitivos que deverão ocorrer no mês de Outubro».

Na quarta-feira, foi feita a apresentação dos dados oficiais provisórios à Comissão Nacional Eleitoral, seguindo-se os partidos políticos, prevendo-se, para o final da semana, a primeira aproximação dos dados consolidados na cidade do Sumbe, província do KuanzaSul, para depois serem apresentados à

comunidade internacional.

Depois desta fase haverá o processo de reclamação e recursos, passando-se para a entrega dos cadernos do registo dos eleitores à Comissão Nacional Eleitoral.

«Para a fase de reclamação vamos desencadear uma campanha de educação cívica sobre quem deve e pode fazer a reclamação, os locais onde deve ser dirigida a reclamação, os prazos para que isto não venha a perturbar o calendário político aprovado pelo Conselho da República e pela CNE.»

Virgílio de Fontes Pereira, que falava no termo da sessão do Conselho de Ministros, disse que a entrega definitiva dos cadernos de registo eleitoral à CNE pode ocorrer em Novembro ou Dezembro próximos, passando a partir desta altura o processo a ser liderado por esta instância em termos de condução directa.

«Nós voltaremos a entrar em actividade em Maio do próximo ano para fazer a campanha de educação cívica para a actualização do registo que vai ocorrer em Maio do próximo ano e servirá para registar todo o cidadão que não tenha tido a oportunidade de se registar até agora e também para registar aqueles cidadãos que tenham capacidade eleitoral a partir de agora.»

Neste período serão também registados os cidadãos que completarem dezoito anos até à data da realização das eleições legislativas.

4.9 Unita diz que faltou transparência ao registo

Angolense...22-09-07

Segundo Adalberto Júnior, o Registo eleitoral não foi ainda concluído, contrariamente a ideia que se quer fazer passar. A partir deste momento, vamos esperar que sejam afixadas em todas as áreas onde funcionaram as brigadas as listas contendo os nomes de todos quanto foram registados nestes locais, no sentido de se constatar eventuais anomalias, o que vai permitir a correcção dos erros e publicação dos cadernos eleitorais definitivos.

"Este processo, nesta altura, vai estar concluído com a assinatura dos cadernos por parte dos membros da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) e com indicação ao Sr. Presidente da República (PR) da conclusão do registo", explicou.

Adalberto afirmou que segundo a lei, neste momento, o PR estará em condições de convocar as eleições, que a sociedade espera que aconteçam já no próximo ano.

"O balanço do que foi feito até aqui, a finalização da emissão dos cartões, um processo que começou no dia 15 de Novembro de 2006; arrancou com algumas anomalias", referiu, precisando que "não havia uma preparação logística adequada, não houve credenciamento de fiscais de todas as brigadas".

Acrescentou que "mais de metade das brigadas começaram a funcionar sem fiscalização e algumas delas trabalharam desta forma por quase 30 dias. A correcção deste erro foi gradual e estendeu-se até a terceira fase, o que, para o político, retirou rigor ao processo

"E se quiséssemos aplicar rigorosamente a lei, todo o trabalho das brigadas onde a fiscalização não foi feita seria anulado, porque ninguém está em condições de avaliar o que foi feito com a devida transparência", avisou o porra-vos do segundo maior partido parlamentar, assegurando que "nós quisemos condescender, temos uma motivação positiva e quisemos dar também a demonstração de que estamos aqui na positiva"

A segunda fase do registo iniciou-se em Janeiro e terminou no passado Sábado.

"Pensamos que foi um período demasiado longo, para registar o número indicado de 7,5 milhões de eleitores", considerou Adalberto, para quem isto aconteceu "porque não houve a adopção dos métodos mais adequados para ser feito esse registo". (...)

"O Governo angolano em 2007 recusou aplicar este processo e hoje assistimos dados do registo a viajar de comunas para os municípios, de municípios para as províncias e das províncias para a capital, aos milhares, com risco de perda de dados e de atraso de tempo", lamentou, perguntando "o que leva um Governo que se quer moderno, que se quer num acto de transparência a recusar esse sentimento".

O político defende ainda que este arquivo deve ser posto a disposição da população, para consulta, o mais rapidamente possível. Advertiu que espera que no fim desse processo não se venha a concluir que houve má, o que a acontecer seria lamentável".

De outro modo, considera que "vamos sempre fazer um jogo com áreas escondidas e ninguém ganha com isso. A credibilidade do Governo sai tocada", afirmando não entender que pessoas inteligentes continuem a recusar aquilo que todos os partidos aconselharam, que a sociedade aconselhou, que nós ptopusemos antes mesmo do registo ter início.

"O processo biométrico associado ao sistema de transmissão intranet - é uma logística moderna e transparente, mas que continua a ser recusada", lamentou. Condenou a exclusão do registo dos angolanos no exterior do país, considerando que um país que se pretende uma Nação não deve incluir todos. A UNITA recebeu 200 mil dólares norteamericanos para o apoio aos fiscais do registo, mas o seu porta-voz revela que gastou 96 mil por mês, o que obrigou a esforços financeiros suplementares, já que esta força política teve dois em todas as brigadas no país.

"Nós acabamos por exercer o papel de financiador da

fiscalização do registo. O que é incorrecto, porque o subsidio era injusto", afirmou.

"Vimos o mapeamento. O primeiro, em Luanda, apresentava nove brigadas em Viana, sete em Cacucaco e 32 no Cazenga", lamentou, questionando como é possível que a Ganda, o Cubal e o Chipindo não tenham tido nenhuma brigada nos primeiros 4 meses do registo? receberam apenas brigadas móveis no fim. Da previsão inicial de duas mil, foram colocadas em funcionamento apenas 500 e nunca em simultâneo. Terão sido suficientes?

"É lamentável e injustificável, porque era perfeitamente possível termos também incluído o registo desses cidadãos", disse.

4.10 Cidadãos exortados a cultivarem o civismo

Jornal de Angola...22-09-07

A funcionária da ONG Development Workshop (DW), Eunice Inácio, exortou ontem, em Luanda, os angolanos a cultivarem o civismo.

Gestora do sector de paz e cidadania, Eunice Inácio o fez este apelo no encerramento do curso de Formação de Promotores de Educação cívica e Eleitoral, realizado no Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA).

Eunice Inácio lembrou aos presentes que uma sociedade torna-se cada vez mais desenvolvida quanto mais os seus cidadãos tiverem o conhecimento e poderem também usufruir daquilo que confuz ao elevado nível de civismo entre os cidadãos.

Indicou que o Projecto e de Educação Cívica concebido pela sua organização, tem como propósito desenvolver tarefas conjuntas com todos os actores ligados à matéria.

Outro objectivo da DW organização que trabalha em Angola há mais de 26 anos, é o de promover a capacidade técnica, metodológica, institucional e organizacional das comunidades e das organizações que trabalham nesta parceria.

O projecto que coordena, além da educação para as eleições, está virado sobretudo para o trabalho de educação cívica, acrescentando que quando maior for o civismo e o respeito Pela lei maior será o respeito pela sociedade e pela justiça social.

4.11 Desempenho da CIPE deixa ONG impressionada

Jornal de Angola...26-09-07

O presidente da Organização Não-Governamental "Terra- Mãe" , Albino Bravo da Costa, enalteceu

ontem, em Luanda, a forma como a Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE) conduziu o processo de cadastramento para as próximas eleições.

De acordo com o responsável, a CIPE conseguiu cumprir integralmente a sua missão. Albino Bravo da Costa falava em conferência de imprensa para abordar a participação da organização que dirige no processo de registo eleitoral.

Apesar de reconhecer o êxito no processo, esta ONG aponta, entretanto, o que considera anomalias que, no parecer do interlocutor, têm de ser corrigidas. Exemplifica o apoio às organizações da sociedade civil angolanas, que, como disse, deve ser pontual. Albino Bravo da Costa sugere que se retirem as lições do passado, para que se continue a mobilizar os angolanos visando a sua participação nas próximas eleições.

A ONG "Terra-Mãe" foi fundada a 14 de Outubro de 2005 e tem como objectivo a promoção de reflexões sobre a democracia, governação e desenvolvimento.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Estudantes caminham mais de 10 quilómetros

Angolense...01-09-07

Porque as salas de aulas existentes na comuna sede do município da Caála não satisfazem a demanda, petizes que frequentam o primeiro ciclo do ensino são obrigados a percorrer uma distância de mais de 10 quilómetros para irem a escola que se acha na Comuna da Calenga. Em conversa com o Angolense, os alunos contaram que não conseguiram uma vaga na comuna em que vivem, a Caála, tudo porque a procura é grande e as escolas não têm capacidade para albergar todos.

Para chegarem a escola que fica na comuna da Calenga, os alunos caminha a pé. Por isso" os que entram as 12 horas 'deixam as suas casas as 10, depois de cumprirem com alguns deveres doméstico. Segundo o relato dos petizes, são quase duas horas de caminhada diária.

"Por causa da distância, muitos de nos chegamos em casa com as pernas inflamadas. Os nossos pais tem de nos fazer massagem", lamentaram. Como consequência, ainda fazendo fé nas palavras de duas meninas ouvidas pela reportagem do Angolense na Calenga, existe um elevado grau de desistência por parte dos alunos.

"Para que isso deixe de acontecer, queremos mais salas de aulas na Caála", apelaram.

A carência é maior para alunos que frequentam as 1ª e 8ª classes do primeiro ciclo do ensino, conforme relato dos alunos.

5.2 Constituído clube dos professores de alfabetização

Angop...08-09-07

Um Clube de Professoras de Alfabetização, com vista a participação activa no combate ao analfabetismo entre as mulheres, foi constituído hoje na província do Namibe pela Organização da Mulher Angolana (OMA). A criação do clube visa criar uma parceria entre as militantes na área do saber com a organização feminina do partido, no sentido de consciencializar a sociedade, em especial as mulheres, para a promoção e desenvolvimento da camada feminina da sociedade. Na ocasião, a secretária provincial OMA em exercício, Ana Tavares, apelou as mulheres a aderirem ao processo de alfabetização por forma a se reduzir o índice de analfabetismo entre as mulheres.

Ana Tavares apelou também as militantes que ainda não efectuaram o seu registo eleitoral a fazerem para que possam participar nas próximas eleições gerais no país.

5.3 Enaltecida contribuição de parceiros na erradicação do analfabetismo

Angop...09-09-07

O vice-ministro da Educação para a Reforma Educativa, Pinda Simão, enalteceu, sábado em Ndalatando, Kwanza Norte, a contribuição dos parceiros sociais no processo de erradicação do analfabetismo em Angola.

O governante, que se encontra na província desde sexta-feira última, no quadro da celebrações do Dia Internacional da Alfabetização, assinalado a 8 de Setembro, sublinhou que os resultados alcançados nos três últimos anos, no domínio da alfabetização, representam um salto significativo para o sector.

Segundo ele, nesta luta deve-se reconhecer o empenho de parceiros como as igrejas e as Forças Armadas na criação de condições humanas e infra-estruturas necessárias à concretização dos objectivos preconizados.

Tal reconhecimento coube também ao UNICEF e a UNESCO, potenciais financiadores das acções de formação de professores e alfabetizadores, que constituem o corpo docente.

Defendeu, por outro lado, o melhoramento da organização e da supervisão do sistema educativo, assim como o reforço da capacidade institucional do sector e a definição de programas abertos e flexíveis para a recuperação do atraso escolar, como premissas para o desenvolvimento da sociedade.

O governante ressaltou ainda a necessidade de implementação de programas que combinem a formação geral, a alfabetização e a pós alfabetização com uma formação profissionalizante, a ampliação de parceiros locais para a educação de adultos até ao ano 2015.

A criação de um sistema de reconhecimento e certificação de competências académicas e profissionais adquiridas em contextos de aprendizagem informais, o reforço da institucionalização, da promoção e generalização das línguas nacionais como meios de ensino são, entre outras, as metas apontadas para o alcance de uma educação de adultos de qualidade.

5.4 Faculdade de Direito alberga curso sobre contencioso administrativo

Angop...10-09-07

Um curso sobre o "Contencioso administrativo" decorre desde hoje, segunda-feira, no anfiteatro da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, numa promoção da Ordem dos Advogados de Angola (OAA), no âmbito da Semana dos Advogados.

Na sessão de abertura do curso, a decorrer até sexta-feira, foi prelector o jurista Carlos Feijó, que defendeu a necessidade de se fazer uma reforma gradual na legislação sobre o contencioso administrativo, visando a actualização de algumas matérias.

Apesar desta defesa, Carlos Feijó disse ser importante a elaboração de intervenções pontuais nesta legislação, isto é, alterando já alguns aspectos em desuso por causa da dinâmica da própria vida.

O curso terá ainda como prelectores os professores Jorge Bacelar de Gouveia, da Universidade Nova de Lisboa, e Mário Aroso de Almeida, da Universidade Católica Portuguesa.

O mesmo tem como objectivos compreender a origem, caminho e evolução do direito contencioso administrativo e a sua importância na administração pública, o desenvolvimento das competências processuais e jurisprudenciais nas acções e/ou na impugnação de actos e normas administrativas. Certificar e consolidar conhecimentos processuais específicos e especializados do direito administrativo é outro objectivo do curso, dirigido ainda a juristas, juizes, docentes e quadros da administração pública. O Contencioso Administrativo é uma das áreas vitais do Direito Administrativo e da Administração Pública em geral, por dotar e oferecer conhecimentos e instrumentos de salvaguarda de direitos e interesses legítimos, no quadro da garantia dos particulares. Fundada em Setembro de 1996, a Ordem dos Advogados congrega mais de 600 membros.

5.5 Care Internacional assiste mais de 600 mil crianças

Angop...11-09-07

Seiscentos e vinte e oito mil menores de cinco anos foram assistidos, durante o primeiro semestre do ano em curso, na província do Bié, pela ONG americana Care Internacional, através das campanhas de vacinação de rotina.

De acordo com o director provincial da referida ONG, Daniel Júlio, o projecto associa-se ao esforço do Governo angolano, que visa a erradicação da poliomielite ao nível do país.

O responsável assegurou que das crianças assistidas, 232 mil residem no município do Kuito, 119 no Andulo, 102 mil em Katabola, 89 mil no Chinguar, ao

passo que nas municipalidades do Kunhinga e Chitembo o projecto atingiu 45 mil e 41 crianças, respectivamente.

Foram também realizadas palestras de sensibilização e mobilização social junto da população, visando esclarecer as vantagens e desvantagens da vacina contra a pólio, assim como foram realizadas, 33 visitas de supervisão a todos municípios do interior da província, com objectivo de constatar o andamento dos trabalhos. Frisou que a Care Internacional também tem apoiado as jornadas de vacinação contra a paralisia, promovidas pelo Ministério da Saúde (Minsa) todos os anos. Por outro lado, o Departamento de Saúde Pública, afecta ao Minsa, procede até ao momento o balanço das actividades desenvolvidas durante a realização da campanha recém terminada.

5.6 Duzentos e nove jovens aderem ao projecto 'Crédito Jovem

Angop...12-09-07

Uma média de 209 jovens, com idades superiores a 18 anos, remeteram processos junto da Direcção Provincial do Huambo da Juventude e Desportos a fim de se beneficiarem de créditos para constituírem pequenas e médias empresas.

Os jovens, de ambos os sexos, fazem parte de grupos de cinco a dez elementos, num total de 40 associações. De acordo com o sub-coordenador do projecto "Crédito Jovem", Martins Sukete, para aceder ao crédito, os jovens apresentaram planos dos quais constam, principalmente, iniciativas para pequenos negócios como lavagem de viaturas, comércio geral, construção civil, recauchutagem, farmácia, sapataria, carpintaria e avicultura.

Esclareceu que os financiamentos serão atribuídos depois dos jovens concluírem o curso de formação em Gestão, através do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), que servirá para capacitá-los sobre as técnicas relacionadas à matéria e posteriormente para a aquisição do crédito. Martins Sukete explicou ainda que cada requerente, segundo o risco do projecto apresentado, poderá receber entre 500 a 20 mil dólares, reembolsáveis num período de 6 meses a 3 anos.

De acordo com o sub-director do projecto, os créditos serão cedidos por facturação e a taxa de juros está fixada entre 10 a 12 por cento.

Quanto a extensão do programa aos restantes municípios da província, Martins Sukete, referiu que depois dos candidatos do Huambo serão contemplados os requerentes do município do Bailundo, por possuir uma dependência do banco de Poupança e Crédito,

parceiro directo no financiamento dos projectos da juventude.

O "Crédito Jovem", inserido no programa Angola-Jovem, tem por finalidade a criação de pequenas e médias empresas, incentivar o auto-emprego juvenil, apoiar iniciativas comerciais e empresarias da juventude para diminuir a delinquência juvenil e ocupar os tempos livres dos beneficiários.

O programa foi lançado em Abril pelo Ministério da Juventude e Desportos, visando melhorar a situação socio-económica dos jovens desfavorecidos e ajudar a combater a pobreza. Está avaliado em cinco milhões de dólares.

5.7 ONG angolana Linália doa bens ao Lar Kuzola em Luanda

Angop...13-09-07

A Organização Não Governamental angolana Linália dou hoje bens alimentares de primeira necessidade e produtos de higiene ao Lar Kuzola, localizado no município da Ingombota, em Luanda.

Os bens, compostos por óleo vegetal, massa alimentar, arroz, açúcar, feijão, calçados e roupa, foram recolhidos pela ONG Linália durante a implementação do projecto "Bola da solidariedade", do qual participaram duas equipas mistas de futebol integradas por governantes, políticos, jornalistas, deputados e desportistas no activo.

Em declarações à Angop, o presidente da Linália, Miguel de Lemos Kilundo, disse que o donativo destina-se a ajudar na melhoria da dieta alimentar das crianças acolhidas.

"Pretendemos, com este gesto, contribuir na melhorias das condições sociais das crianças do Lar Kuzola", sublinhou.

Afecto à Direcção Provincial de Luanda da Assistência e Reinserção Social, o Lar Kuzola conta com 250 crianças, entre órfãos, abandonadas e desfavorecidas. A ONG Linália, fundada a 16 de Dezembro de 1988, desenvolve acções humanitárias e filantrópicas em centros de reeducação, de refugiados, lares infantis e de terceira idade.

Com mil e 700 membros, a organização, com sede em Luanda, actua no país e tem colaborado em programas dos ministérios da Saúde, da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e da Assistência e Reinserção Social.

5.8 Unicef regista taxa de mortes infantis inferiores a 10 milhões por ano

Angop...16-09-07

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) registou pela primeira vez a cifra inédita de mortes de crianças menores de cinco anos ao atingir números inferiores a 10 milhões por ano.

De acordo com uma nota de imprensa do Unicef divulgada hoje, em Luanda, dados estatísticos mais recentes dessa agência das Nações Unidas indicam que houve queda nas taxas de mortalidade entre crianças menores de cinco anos.

O número global de mortes de meninas e meninos caiu para níveis inéditos, atingindo 9,7 milhões de mortes por ano. Em 1990, esse número chegou a quase 13 milhões, refere o documento.

Os dados estatísticos resultam de diversas fontes de dados dos países e de duas pesquisas: a de Indicadores Múltiplos (MICS) e a de Demografia e Saúde, ambas conduzidas pelo Unicef. A série mais recente foi feita em mais de 50 países entre 2005 e 2006.

Segundo a nota, juntamente com as Pesquisas de Demografia e Saúde patrocinadas pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), as de indicadores múltiplos constituem a mais importante fonte individual de informação sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e formam a base para trabalhos de avaliação a respeito da sobrevivência infantil.

Vivemos um momento histórico. Mais crianças estão sobrevivendo hoje do que em qualquer outro momento. Devemos aproveitar o impulso deste êxito na área da saúde pública para conquistar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio?, afirmou a directora executiva do Unicef, Ann Veneman.

Dos 9,7 milhões de crianças que morrem todo ano, 3,1 milhões correspondem à Ásia Meridional e 4,8 milhões à África ao sul do Sahara. Nos países em desenvolvimento, em geral, as taxas de mortalidade na infância são consideravelmente mais altas entre os meninos e meninas que vivem em áreas rurais e cujas famílias são mais pobres. Nos países desenvolvidos, a taxa de mortalidade infantil é de apenas seis por 1.000 nascidos vivos.

As taxas mais elevadas de mortalidade na infância continuam a ser registadas nos países da África Ocidental e Central. Na África Meridional, entretanto, a propagação do VIH tem impedido o progresso em prol da sobrevivência das crianças, que havia sido conquistado com grande esforço.

Grande parte dos avanços obtidos em diversas partes do mundo deve-se à adopção generalizada de acções e políticas de saúde básica, como o aleitamento materno precoce e exclusivo, a vacinação contra o sarampo, a oferta de suplementos de Vitamina A e o emprego de mosquiteiros impregnados com insecticida para evitar a malária.

Os resultados divulgados em Nova Iorque confirmam

o progresso obtido com a queda nas taxas de mortalidade por sarampo, observado desde 1999, com uma redução de cerca de 60 por cento no número de mortes causadas por essa doença. Nos países da África ao sul do Sahara, a proporção caiu cerca de 75 por cento

Segundo o documento, Angola não possui dados actualizados que permitam indicar com certeza qual o contributo do país para esta redução mundial. Por isso, o Ministério da Saúde (Minsa) conta com o apoio do Unicef para a realização de um inquérito sobre Nutrição Infantil que vai decorrer entre Outubro e Novembro de 2007.

Em Abril de 2008, vai implementar-se um inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) para aferir o nível correcto ou aproximado e as tendências das actuais taxas de mortalidade materno-infantil, dentre outros.

"Entretanto, o Governo angolano começou este ano uma nova batalha para fazer baixar a mortalidade das crianças menores de cinco anos e reduzir a mortalidade das mães grávidas. Para conseguir alcançar esses objectivos, o Minsa está a revitalizar os serviços de saúde a nível municipal utilizando uma abordagem de Cuidados Primários de Saúde, com vista a acelerar o acesso universal às intervenções vitais de saúde e melhorar os indicadores de saúde", lê-se na nota.

Esta revitalização será implementada através do investimento em 2007-2013 no Plano de Aceleração das Acções de Sobrevivência e Desenvolvimento da Criança. Este plano será implementado em três fases até atingir todo o país, com o apoio do Fnuap, Unicef e OMS, bem como outros parceiros a nível global e regional.

Angela Kearney, representante do Unicef em Angola, confirmou que "com a revitalização dos serviços de saúde, vamos actuar não só no tratamento mas também na prevenção das doenças que afectam as crianças e as mães, desde a gravidez, através de um enfoque integrado que inclui serviços de saúde, água, saneamento e educação."

5.9 Governo de Luanda quer diminuir o número de crianças fora do sistema de ensino

Angop...20-09-07

As autoridades governamentais de Luanda protagonizam, como meta principal atingir, a partir de 2008, a criação de condições, no sentido de diminuir o número de crianças com idade escolar, fora do sistema normal de ensino.

Esta intenção foi manifestada quarta-feira, no município da Samba, pela vice-governadora para área social, Francisca do Espírito Santo, durante o acto de

abertura do Décimo Conselho Consultivo Provincial alargado da Direcção da Educação.

" Temos que começar a trabalhar, para que a partir do próximo ano nenhuma criança com idade escolar na província não tenha acesso a escola, tem que ser uma meta, para qual todos temos que trabalhar, dando o cumprimento com qualidade as orientações superiores, começando a recuperar, o atraso escolar, para as crianças ou adolescente, que por circunstâncias várias, não foram a escola na idade certa", sublinhou. Segundo a responsável, o GPL em consonância com outros organismos do Estado esta, passa pela construção de mais instituições escolares, principalmente na periferia da cidade, o enquadramento de crianças adolescentes em centros de formação profissionais, e a erradicação do analfabetismo e a pobreza. Para isso, disse que a direcção provincial da educação e outros parceiros sociais devem encarar estas orientações com grandes responsabilidades.

Francisca do Espírito Santo advogou na ocasião, que a educação deve ser a via preparatoria, para que o cidadão possa ser bem integrada na sociedade, por isso, acrescentou esta é uma componente, na elevação cultural e o resgate de valores cívicos e morais. Por sua vez, o director provincial da educação, André Soma, disse que o sector deve acompanhar permanentemente o desenvolvimento e a dinâmica do país, e Luanda como capital tem uma responsabilidade maior. Assim, considerou que o suporte esta na construção, reabilitação de infra-estruturas de ensino e na formação de quadros académicos. Durante três dias, os participantes vão avaliar o grau de cumprimento das decisões saídas do último conselho realizado há dois anos, os aspectos positivos e os constrangimentos na implementação da reforma educativa. Constam igualmente do programa questões relativas ao nível organizacional dos estabelecimentos de ensino, cumprimento dos planos curriculares, programa de alfabetização, distribuição e comercialização de material didáctico para docentes e alunos. O décimo Conselho Consultivo da Direcção Provincial da Educação de Luanda contará com a presença de 280 participantes, entre técnicos do sector, parceiros sociais (ministérios da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Finanças, Cultura e Interior, igrejas e ong).

O encontro que decorre sobre o lema " por um ensino e cidadania resgatemos com a família os valores da moral e do civismo", o encontro decorre no Complexo Turístico de Belas.

5.10 Organização da mulher desenvolve acções de alfabetização no Cuvelai

Angop...20-09-07

O secretariado da Organização da Mulher Angolana (OMA), no município do Cuvelai, província do Cunene, tem desenvolvido acções de alfabetização à camada feminina, tendo servindo-se de 12 salas de aulas.

A primeira secretária local da OMA, Celina Mwayulua, que prestou a informação hoje à Angop, disse haver um grande desejo das mulheres na localidade em alfabetizarem-se. No entanto, Celina Mwayulua, adiantou ainda que a sua organização política tem vindo a desenvolver também acções viradas ao conflito familiar e violência doméstica, de modo a solidificar e harmonizar o convívio social junto da comunidade na circunscrição.

A OMA tem procurado no exercício do seu dia-a-dia corresponder e dar solução conjunta dentro da compreensão entre as partes envolvidas dos variados problemas sociais e económicos no lar, com a realização de palestras e assembleias nos mercados paralelos, hospital entre outros locais. Entre os casos mais frequentes, a primeira secretaria destacou, ofensas corporais e morais, desalojamentos, abandonos do lar e fugas à paternidade. Quanto às causas dos incidentes (conflitos familiares), a fonte apontou o consumo excessivo de bebidas alcoólicas nos lares, a falta de assistência, a pobreza e o baixo nível de vida das famílias.

A Organização da Mulher Angolana no município do Cuvelai que dista a 175 quilómetros a Este de Ondjiva, cidade capital do Cunene, controla um universo de 10.214 mulheres das comunas de Cubaty, Mukolongondjo, Okalongo e Mupa.

5.11 Ministério da Juventude deve mobilizar jovens para aderir ao Crédito Jovem

Angop...20-09-07

O chefe da secção da juventude e desporto no município do Sambizanga, Marcos Matar, afirmou hoje ser responsabilidade do Ministério da Juventude e Desportos mobilizar os jovens para apresentarem projectos exequíveis no quadro do projecto "Crédito Jovem", lançado em Abril último pelo organismo do Estado.

Em declarações à Angop, o responsável considerou o programa como uma oportunidade concreta do Governo direccionada à juventude mais carenciada, sobretudo no domínio do emprego, por isso os jovens devem ser orientados para a concretização dos projectos.

A nossa responsabilidade, penso, será de mobilização dos jovens e encorajar as suas organizações a

apresentarem os projectos e advogar para que os beneficiários sejam de facto jovens - frisou. Segundo o responsável, é prioridade orientar neste processo os jovens para a constituição de cooperativas, através de mecanismos de interacção com as associações juvenis já existentes no município. O projecto, inserido no Plano Executivo de Apoio à Juventude do Ministério da Juventude e Desportos, em parceria com o Banco de Poupança e Crédito, tem como objectivo a valorização social da actividade dos jovens e o fomento do auto-emprego.

As áreas como agricultura, carpintaria, alvenaria, lavagem de viaturas, engraxadores e prestação de outros serviços estão cabimentadas no projecto "Crédito Jovem".

O "Crédito Jovem" é um programa do Governo direccionado à juventude mais carenciada, a qual devem saber aproveitar para o seu benefício com vista a minimizar as várias dificuldades com que se debatem, sobretudo no domínio do emprego.

O município do Sambizanga, um dos nove que integra a província de Luanda, possui uma população estimada em cerca de 650 mil habitantes, distribuídos em três comunas, designadamente, Bairro Operário, Ngola Kiluanje e Sambizanga.

5.12 Ong Causa Solidária entrega material a escolas comunitárias

Angop...21-09-07

A Organização não Governamental Causa Solidária ofereceu hoje, sexta-feira, trezentas carteiras à quatro escolas comunitárias do ensino primário nos municípios do Kilamba Kiaxi e Samba, em Luanda.

Para o município da Samba foram contempladas as escolas do quilómetro 30, na comuna do Benfica e a da povoação do Macoco, na comuna do Mussulo, com 100 carteiras cada.

Para o vice-presidente da organização, José Maria, o conhecimento e a dimensão das dificuldades vividas por aquelas populações estão na base dos esforços evidenciados pela sua associação, no sentido de minimizar as carências vividas por crianças que até hoje têm como acentos os troncos de árvores, as latas vazias e outros objectos, e ainda auxiliar o Governo na resolução de alguns problemas básicos.

O responsável chamou apelou aos pastores e autoridades tradicionais a cultivarem no seio das comunidades o espírito de solidariedade, fraternidade e irmandade, para que se crie um futuro salutar e coeso para Angola.

A organização não-governamental Causa Solidária tem carácter filantrópico e não lucrativo. Foi proclamada a 4 de Junho de 2004, em Luanda, com o objectivo de

promover a solidariedade social, fraternidade e ajuda mútua em prol da prosperidade e bem estar das pessoas.

A organização pretende implementar programas de carácter social, sanitário, educativo e cívico dos cidadãos nacionais.

5.13 Alfabetizados mais de 20 mil cidadãos em Luanda

Angop...24-09-07

Vinte e cinco mil e 490 cidadãos, na sua maioria do sexo masculino, foram alfabetizados de Janeiro a primeira quinzena deste mês, em Luanda, informou hoje à Angop o director provincial da Educação, André Soma.

De acordo com o responsável, o programa de alfabetização, que abrangeu principalmente a periferia da cidade capital, contou com a colaboração de organismos estatais, organizações não governamentais, igrejas, JMPLA e OMA e a brigada Hoji ya Henda. André Soma afirmou que o objectivo é formar o maior número de jovens e adultos para que possam, por si só, dar outra perspectiva de vida a si e aos seus familiares. Com nove municípios, nomeadamente Ingombota, Samba, Rangel, Sambizanga, Kilamba-Kiaxi, Cazenga, Maianga, Cacuaco e Viana, a província de Luanda é habitada por aproximadamente cinco milhões de pessoas.

Em Luanda, as aulas de alfabetização são ministradas fundamentalmente em igrejas, empresas estatais e privadas e mercados.

6 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Casas no «Nova Vida» geram insatisfação

Semanario Angolense...22-09-07

Os critérios de selecção na 2ª fase do Projecto Habitacional «Nova Vida» estão a gerar um clima de insatisfação e impaciência entre os milhares de candidatos que concorreram à compra de residência naquela zona a sul de Luanda.

Candidatos à compra de moradias denunciaram esta semana ao Semanário Angolense que a Imogestim, o organismo encarregue de proceder à selecção e venda desse património habitacional do Estado, tem estado a privilegiar alguns concorrentes em detrimento de outros. De acordo com as fontes deste jornal, entre os beneficiários figuravam pessoas influentes, das quais altas patentes das Forças Armadas Angolanas (FAA), da Polícia Nacional (PN), familiares de membros do Governo e filhinhos de papai. Há indicações de que muitos desses beneficiários já foram contemplados na 1ª fase do projecto habitacional.

«Não se trata de pessoas com necessidade real de ter uma residência, no sentido de habitá-la, mas sim de indivíduos bem posicionados que têm como objectivo arrendá-las. São pessoas ligadas à nomenclatura do país ou com influências no seio dessa classe política, que já foram, em muitos casos, contemplados na 7ª fase do "Projecto" e, noutros, já possuem habitação própria, em outras zonas de Luanda», revelaram as fontes do SA, que pediram para não serem identificadas. Acusaram a Imogestim de estar a guiar-se por critérios alegadamente pouco transparentes na selecção dos candidatos, «privilegiando aqueles que sejam detentoras de influências políticas. ou de um certo poderio financeiro». «Aqui não basta fazer prova da capacidade financeira. É fundamental ser membro de uma família reinante ou ter um peso político», revelou ao SA um candidato a uma vivenda que já está farto de ser ultrapassado na lista de inscrições. Um cidadão que já adquiriu casa própria no «Nova Vida» disse que o órgão encarregue de alienar as casas do Estado no referido Projecto Habitacional estará a escolher os candidatos «não em razão da ordem de inscrição, mas de acordo com os interesses ditados por tais privilegiados».

Há também informações segundo as quais tais indivíduos estarão a fazer corredores junto dos distintos bancos comerciais, sobretudo do Estado, para a obtenção de créditos bancários.

Dados fornecidos pela Imogestim revelam que nesta 2.a fase do projecto estão a ser construídos 1.862 fogos habitacionais, dos quais 1.060 serão destinados à venda ao público, enquanto as restantes serão distribuídos à função pública. Das casas destinadas à venda ao público, 803 são apartamentos e as restantes 257 vivendas. No total, terão concorrido 2.500 pessoas singulares e 15 colectivas, ou seja, empresas e instituições.

Existem três segmentos de candidatos, sendo os primeiros com capitais próprios, os segundos com recurso ao crédito bancário e os terceiros são empresas públicas, dentre as quais se destacam a EDEL, EpAL, TAAG, ANIP, INAC e alguns bancos comerciais privados.

«Na 2ª fase, a função pública será contemplada com 40% dessa cifra e não com 20%, como inicialmente estava previsto», referiu o Presidente do Conselho da Administração (PCA) da Imogestim, Rui Cruz, que justifica a alteração da percentagem nos seguintes termos: «O aumento visa compensar as famílias que não foram contempladas na 7ª fase do projecto, depois de terem sido desalojadas na Samba. O Estado deverá compensá-las agora, uma vez que possuíam casas de média renda.

6.2 Assessor de Job capapinha abusa da posição para esbulhar terreno

Semanario Angolense...22-09-07

Um assessor do Governador Provincial de Luanda, identificado por Jorge Amadeu Alves, está a utilizar indevidamente o nome da instituição onde funciona e do seu chefe para tentar esbulhar um terreno no Bairro Benfica, ao município da Samba, em Luanda.

Segundo soube o Semanário Angolense do proprietário do espaço, Jorge Amadeu Alves tem tentado, desde 2001, esbulhar o seu terreno, que se situa à beiramar, para aí erguer uma casa de praia.

António Fernandes Machado é o titular do espaço desde 1998, altura em que celebrou um contrato com a Capitania do Porto de Luanda (gestora dos terrenos na faixa marítima da província), em que a instituição lhe atribuía os direitos de concessão de um espaço de 2304 metros quadrados, para a construção de uma «casa de fim-de-semana», tendo pago pontualmente as suas rendas até 2005.

Em 2001, e no sentido de assegurar o acesso ao mar, e cumprir a distância mínima do muro de vedação em relação ao mar, a Capitania do Porto de Luanda decidiu rever as medidas iniciais do terreno. Assim, e segundo consta nos contratos posteriores a 2000, as medidas passaram de 2304 para 1500 metros quadrados.

Jorge Amadeu Alves, que era na altura o Chefe do Departamento de Gestão Urbana do Governo Provincial de Luanda, surge em cena em 2001, notificando o empreiteiro, que estava a executar as obras devidamente licenciadas, para prestar declarações, através de um aviso datado de 12 de Junho, assinado por ele próprio. Aí começou o calvário daquele pacato cidadão.

Ao assessor de Job Capapinha fora-lhe, entretanto, no ano 2000, cedido um terreno nas imediações do espaço ora em litígio, do qual não se sabe já o que fez, embora haja informações de que o terá passado a um parente seu.

Ao que consta, usando e abusando da posição que detém no Governo Provincial de Luanda, Jorge Amadeu Alves quer se apossar do espaço cedido a António Fernandes Machado, que tem todos os documentos em ordem. O esbulhador tem exibido o contrato da sua antiga parcela de terreno para reivindicar a titularidade do espaço alheio.

Em face da sua posição, o assessor de Job Capapinha tem conseguido fazer com que todos os passos dados por António Fernandes Machado em defesa dos seus direitos, nomeadamente junto da administração municipal da Samba, bem como na própria Capitania do Porto de Luanda obtenham como resposta o silêncio puro e simples, quando não são alvo de manobras dilatórias.

Sabe-se que Jorge Amadeu Alves tem estado a fazer esforços para coagir o Capitão do Porto de Luanda a passar a titularidade do espaço a seu favor, fazendo tábua rasa à documentação que atesta que António Fernandes Machado é o legítimo concessionário do terreno, com as suas obrigações religiosamente cumpridas desde 1998.

Em meados de Agosto, por ordem do administrador comunal do Benfica, António Fernandes Machado viu demolida a vedação do terreno que tinha feito, sem que os homens do camartelo se fizessem acompanhar de qualquer documento ou feito qualquer tentativa de averiguar sobre a legalidade da obra, antes de parti-la.

Numa exposição que fez ao à Capitania do Porto de Luanda o cidadão prejudicado pela ambição de Jorge Amadeu Alves lamenta o facto nos seguintes termos: «No dia 08.08.2007 apresentei ao senhor agente da fiscalização Quicani os documentos que conferem a posse do terreno (contratos com a Capitania do Porto de Luanda desde o ano de 1998 ao ano de 2005), assim como os que provam a propriedade das benfeitorias feitas no terreno e a legalidade das mesmas (contrato com a empresa Cebal, recibos dos pagamentos efectuados e a Licença da Obra emitida pelo Governo Provincial). Não obstante o acima exposto, por ordem do senhor administrador comunal, foi demolido o muro de vedação por mim construído, estando a outra parte

a construir um novo muro, desde o dia 21.08.2007».

Na exposição, que deu entrada na Capitania do Porto a 30 de Agosto, com conhecimento à administração comunal do Benfica e à administração da Samba, António Fernandes Machado solicita a intervenção das autoridades no sentido de se paralisarem as obras, até que o litígio fique decidido, mas até terça-feira elas não haviam movido uma palha que fosse para a reposição da legalidade.

6.3 Pedra sobre pedra no Quifica

A Capital...22-09-07

Na manhã da última terça-feira, 18, os titulares de terrenos localizados na zona do Quifica, na comuna do Benfica, em Luanda, fizeram-se às pressas ao local tão logo tomaram conhecimento da presença em massa de um efectivo policial fortemente armado. Mas não encontraram apenas homens armados até aos dentes. Dezenas de viaturas policiais e até mesmo helicópteros faziam parte de um cortejo policial completo com tractores e charruas, estas que trataram de demolir as obras em curso naquela zona. E foi mesmo assim, sem apelo nem agravo. Sem que, ao menos, os titulares dos terrenos e os responsáveis pelas obras fossem previamente notificados.

Foi uma completa surpresa para os titulares dos terrenos, a tal modo que muitos deles exibiam, em vão, os títulos de propriedade sem poder travar o avanço das máquinas e dos fiscais ao serviço do Governo Provincial de Luanda (GPL). João Pereira, encontrado no local, mal conseguia esconder a sua frustração por ter perdido, numa fracção de minutos, o investimento de três anos. Este é, pelo menos, o tempo pelo qual João se manteve como titular do terreno.

«Tenho-no (o terreno) há três anos. Justamente agora que comecéi com as obras é que me estão a tirar», queixou-se o cidadão ao lamentar que, por outro lado, ao longo de todo este tempo não recebeu qualquer advertência. «Nunca ninguém me disse que não poderia construir nesta área».

Como tantos outros, João se manteve no obscurantismo até receber, nesta terça-feira, 18, um telefonema do encarregado da obra da sua casa de sonhos que ali estava a ser erguido. O telefonema alertou-o para o que se passava, mas quando chegou não havia mais nada, a não ser pedra sobre pedra.

«O tanque, os alicerces, as paredes, tudo o quanto já tinha mandado construir foi deitado a baixo como podem ver», disse João, enquanto mostrava, para os jornalistas, o cenário agora dominante naquela que julgava ser a sua parcela de terra.

«Mas porquê, onde está o problema e o que fizemos?». Estas questões, João apresentou-as aos agentes da

polícia destacados no terreno, mas estes não responderam. «Disseram-nos apenas que não estavam autorizados a dar qualquer explicação».

A solução para João e outros antigos vizinhos de terreno, foi esperar, ver a demolição prosseguir e sentar-se, em seguida, a lamentar sobre os escombros a perda de um terreno adquirido por nada módicos oito mil dólares norteamericanos. Sem esquecer, é claro, da morte prematura do sonho de viver em casa própria.

«Nem sequer nos deram tempo para tirar as coisas de dentro de casa», contou, por seu turno, Joana Henriques que assistia de longe a destruição de um edifício de um andar que foi erguido ali. Disse ela que a força foi tanta que acabou por ser sorte «ninguém se ter magoado». Joana conta que assistiu tudo desde o início. Desde quando os homens chegaram, logo nas primeiras horas do dia, até a altura em que tomaram o pequeno-almoço numa lanchonete ali instalada antes de começarem com as demolições. «Foi impressionante», revelou, sobretudo por «vermos helicópteros a circundar a zona até ao fim das demolições».

«Até mesmo a lanchonete onde comeram foi destruída», contou. Os populares, atónitos, não mais puderam fazer senão conter a raiva e prometer retaliações políticas. Alguns ainda, como Pedro Dala, tentavam acalmar os mais furiosos, aqueles que exibiam documentações que, segundo diziam, confirmavam a titularidade dos respectivos terrenos. Alguns documentos, inclusive, tinham o timbre da administração da Samba, cuja área de jurisdição envolve também o bairro Benfica. Tudo começou na passada sexta-feira, segundo depoimento de Pedro Dala, que é mestredobras de construção de um edifício naquela área. Uma delegação do Governo da Província de Luanda (GPL) visitou a zona do Quífica, no mesmo dia em que, mais tarde, uma equipa de homens com a farda da fiscalização foi vista no local. Moradores e proprietários de terrenos, avisados da visita, tentaram receber mais informações sobre o que se passava, enviando, inclusive, uma carta para a administração municipal da Samba. Foi o que fez, por exemplo, Fátima, sem grandes resultados. Hoje, nada mais lhe resta senão colocar-se perante a seguinte questão: «durante este tempo todo, onde estavam os homens da fiscalização que deixaram as obras crescer para depois virem aqui partir?». E mais: «quem vai nos devolver o dinheiro que gastamos com as obras?». A reportagem do semanário A Capital tentou, durante a sua permanência no local, obter mais informações junto dos agentes da fiscalização, assim como de representantes da própria administração comunal.

Mas destes apenas recebeu a informação de que se estava a cumprir uma ordem e que mais informações seriam prestadas numa conferência de imprensa que seria realizada tão logo fossem concluídas as

demolições na comuna. Mas, pelo menos até ao fecho desta edição, na quinta-feira, 20, a conferência de imprensa não aconteceu.

6.4 A reconstrução do Huambo vista pelos habitantes

A Capital...22-09-07



Eliseu Matias, Comerciante

A reconstrução ainda vai a passo de camaleão. Não é que ainda não se tenha feito nada, mas para o tamanho de danos que a guerra causou ainda é pouco. Tem que se fazer mais para as pessoas poderem se distrair e se esquecerem que um dia houve guerra aqui no Huambo. Vejo que o Governo está mais apostado na reabilitação das estradas, tenho que assumir que neste sentido já se fez alguma coisa. No sistema de educação, embora com muitos sobressaltos, o ensino não parou, mesmo com as escolas destruídas, as pessoas vão para a escola, uma vez que a nossa cidade sempre foi um espelho, uma referência a nível educacional. O turismo aqui é como se não existisse, temos apenas duas áreas, a Chianga e a Barragem do Kuando, mas também já se pode ver alguns hotéis a serem reabilitados.



Fernando Araujo, Funcionário Público

A reconstrução está a bom ritmo, as estradas estavam danificadas, as casas tinham sido desabitadas, não tínhamos energia eléctrica. Assim acho que já há algum esforço para melhorar o aspecto da cidade do Huambo. Na Saúde também já se está a fazer alguma coisa. O hospital Provincial está a ser reabilitado. O Governo tem dado o seu contributo para dar uma imagem melhor à nossa cidade. O que falta neste momento é o abastecimento de energia. Ficamos muito tempo sem energia, já que estão a trabalhar na Barragem do Gove. A solução é comprar um gerador e quem não tem condições fica às escuras. Mas acredito que a breve trecho esta situação será resolvida, tendo em conta a forma empenhada como o Governo provincial tem resolvido os problemas da população.



Helena Samuel, Vendedora

Já vejo melhorias tanto na saúde com no ensino. Há um tempo era muito difícil ver pessoas que vivem fora do município virem até aqui estudar, mas agora que as estradas estão a ser trabalhadas melhorou um pouco. Muito ainda tem que ser feito, mas também sei que não é da noite para o dia que se vão resolver todos os problemas que a guerra deixou. A cidade ficou totalmente destruída e temos que caminhar com cuidado, dar um crédito aos nossos dirigentes. Se nós notamos os esforços então temos que acreditar, caso contrários nos revoltamos com eles. Mas daquilo que é possível ver, desde a reabilitação de estradas à criação de condições dignas nos sectores da Educação e Saúde, já nos deixa satisfeitos enquanto cidadãos.



Sebastião sakela, Funcionário Público

Quanto à reconstrução da cidade, dá para ver que está tudo a correr bem. O Governo tem vindo a trabalhar no sentido de melhorar. Estão a ver as estradas e outras infra-estruturas de maior necessidade, acho que, daqui a cinco anos, o Governo terá resposta para muitos dos problemas que temos. No que diz respeito a educação, sabe-se que o Huambo sempre foi e sempre será o palco de pessoas formadas, faça chuva ou faça sol, ainda que tivermos de estudar nos destroços da guerra. A nossa juventude continua a estudar. Não quer dizer que está tudo bem, porque ainda falta muito para se fazer, mas sente-se um empenho positivo, sente-se uma vontade de fazer, tanto do Governo como da população, o que só por si é um bom sinal.

6.5 Governo constitui reserva do Estado terreno para construção de uma nova cidade em Cacucaco

Angop...22-09-07

O Governo constituiu como reserva do Estado o terreno a ser utilizado para a construção de uma nova cidade em Cacucaco, correspondendo a uma área de 33,174 quilómetros quadrados e um perímetro de 25,93 quilómetros.

A informação, constante da primeira série número 97 do Diário da República de 13 de Agosto deste ano, referente ao decreto nº 63/07, explica que os terrenos

sujeitos ao regime de propriedade privada ou terrenos, sobre os quais o Estado haja constituído direitos fundiários a favor de particulares e que estejam incluídos nesta reserva são declarados de utilidade pública com os efeitos legais daí decorrentes. Ao tomar tal decisão, o executivo reitera aos proprietários de parcelas de terra nesta área o facto de não haver prejuízo da possibilidade de existência de indemnização a que tenham direito nos termos da lei ou à integração dos respectivos projectos, no âmbito dos que serão implementados pelo Governo.

6.6 Sobre o trânsito automóvel em Luanda

Capital...29-10-07

Adão Fonseca, (Estudante)

Não se pode culpar as obras pelos transtornos que o engarrafamento tem causado. Todos sabemos que o engarrafamento sempre existiu. O engarrafamento já havia cessado mas, de um momento, voltou. E isso não é culpa das obras, mas sim da falta de responsabilidade das autoridades porque tudo isso não passa de uma má gestão de quem está no poder. Pode ser que elas (as obras) contribuam um pouco para o engarrafamento, com os buracos que são abertos e esquecidos. Concordo, por exemplo, que a taxa de circulação tem que ser paga, mas é como tudo, tem que ter um retorno que corresponda ao esforço financeiro. Este engarrafamento e o estado das nossas estradas não merecem, pois, o dinheiro dos cidadãos.

Adelino da Silva, (Funcionário Público)

A meu ver não se pode atribuir a culpa às obras até porque elas por si só são inofensivas. O que acontece é que tem havido uma grande irresponsabilidade por parte das autoridades. O engarrafamento tem causado grande incómodo. Devo dizer, sobre o pagamento da taxa de circulação, que todos temos a obrigação de cumprir com o pagamento caso contrário estaríamos a faltar de um dever que não é nosso. Agora, eles, o Governo, também têm de cumprir com as suas promessas, o que significa melhorar o estado das vias para ao menos justificarem aquilo que pagamos.

Carlos Evaristo, (Estudante)

Creio que, de certa maneira, a reabilitação de algumas vias vai contribuir para o aumento do engarrafamento na cidade devido aos excessivos buracos que ficam por todas as ruas. Mas também acho que se devia criar um órgão no Governo para entrar em contacto ou manter uma ligação com a Polícia de trânsito para se arranjar formas mais viáveis de resolver este grande problema que perturba muito a mente e a qualidade de vida de todos os que habitam a nossa cidade.

Ernesto Lima, (Funcionário Público)

Sou da opinião de que o engarrafamento resulta da falta de entendimento por parte dos condutores. Por exemplo, em algumas vias que existem buracos, todo o mundo quer passar ao mesmo tempo, ninguém quer dar prioridade. Quanto ao pagamento da taxa de circulação devia haver mais prudência, tanto na parte dos automobilistas como também na parte dos responsáveis, que devem cumprir com o que está estipulado. Tem que se criar mais órgãos que ajudem a mudar a actual situação que se vive na cidade.

6.7 Baixos: Governo Provincial de Benguela

Semanário Angolense...29-10-07

As autoridades da província de Benguela estão a proceder à movimentação forçada de pessoas do Lobito para o Kulango, que é considerada crime, segundo denúncia da ONG «Okutiuka - Acção Pela Vida/Projecto Omunga». Seguindo orientações baixadas por Dumilde Rangel, a administração municipal do Lobito procedeu, em Junho último, em colaboração com a polícia local, à deslocação forçada de dezenas de cidadãos, pretensamente sem tecto, da cidade portuária para a comuna do Kulango, para aí serem assentados contra a sua vontade. Os «deslocados», transportados como gado, não sabiam sequer das razões da sua movimentação e, mais grave que isso, foram colocados a viver em situação pior à que usufruíam no Lobitó, o que é um atentado aos seus direitos de cidadania. Os representantes locais da PGR já estão a par do caso e espera-se que se faça justiça.

6.8 Empresas de construção civil degradam praia da chicala

Agora...29-10-07

Enquanto o Presidente José Eduardo dos Santos, na 62ª Sessão da Assembleia Geral da Nações Unidas, discursava sobre as medidas que o Governo está a tomar no sentido de proteger cada vez mais o meio ambiente, o AGORA recebia uma denúncia sobre poluição ambiental na Chicala.

No encaço da informação, fomos ao local do crime, tendo constatado que várias empresas de construção civil fazem do litoral daquele bairro o seu "aterro sanitário". Diariamente, principalmente às noites, centenas de camiões basculantes despejam aí diversos tipos de resíduos derivados das obras de construção civil a cargo de construtoras nos diferentes pontos de Luanda.

Segundo as nossas fontes no local, a maior parte das empresas envolvidas neste descalabro ambiental são de origem portuguesa. Teixeira Duarte, Soares da Costa,

Motaengil, Abrantina e a Emsa foram apontadas como as principais responsáveis pelo depósito do lixo na praia em causa. Embora, disseram os moradores, construtoras de outras origens também estejam na lista dos poluidores.

Muitos dos habitantes desconhecem os riscos ecológicos que podem advir de tal prática, mas todos os dias vêem, ouvem e sentem o barulho e a poeira provocados pelas viaturas basculantes das referidas empresas.

Para mal dos pecados, as firmas acusadas têm já na área as suas máquinas do tipo escavadoras para empurrar os entulhos para o mar. Praticamente em toda a área costeira que reportamos, já não se nota a presença da areia branca e a água do mar está amarelada por causa da acção que denunciámos.

"Geralmente os camiões trazem o lixo às noites. As máquinas que empurram para o mar trabalham durante o dia. Quando estão a trabalhar verifica-se muita poeira e barulho, mas não podemos fazer nada", disse um morador.

Demos conta também de que o Ministério das Obras Públicas está a executar no local obras de protecção costeira da Chicala. A empreitada está a cargo da Hidroportos. Segundo um funcionário da empreiteira, cujo nome não podemos divulgar por razões profissionais, os entulhos postos na área dificultam a obra do executivo de Hígino Carneiro.

O interlocutor avançou ainda que, antes de começarem o trabalho, a sua empresa tem que obrigatoriamente limpar todo o lixo que as operadoras acusadas de poluição põem na zona. A frequência do depósito de tais resíduos é tanta que os trabalhadores da Hidroportos não sabem se a prática está autorizada ou não pelo Estado.

"Isto atrapalha o nosso trabalho, porque essas empresas despejam lixo exactamente onde nós trabalhamos. O que significa que sempre que tivermos que começar a nossa jornada temos que antes limpar todo o lixo que elas põem", frisou o funcionário da Hidroportos. "Nós nem sequer sabemos se estão autorizadas ou não", acrescentou.

"Onde é que estas empresas fariam isto no seu próprio país?", disparou um outro interlocutor.

Esta acusação surge também na mesma semana em que o vice ministro do Urbanismo e Ambiente, Graciano Domingos, anunciou que a legislação ambiental será pesada para os infractores.

O governante, que discursava durante um simpósio sobre regulamentação ambiental realizada pela Universidade Agostinho Neto, revelou ainda que o seu ministério está já a elaborar uma série de regulamentos, adstritos à Lei de Bases do Ambiente, visando a punição de eventuais danos causados pelos diversos ramos de actividade do país.

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Serviços sociais básicos débeis

Angolense...01-09-07

As populações do município do Bailundo ainda enfrentam dificuldades no que toca ao abastecimento de energia e água. Estes dois bens essenciais são fornecidos através de recurso à fontes alternativas, com recurso a geradores (energia) e sistema de gravidade (água).

O gerador de 500 kw, da sede municipal, entra em funcionamento nas primeiras horas da noite e é desligado a meia-noite, ficando o município privado de energia durante o período diurno, com excepção da administração. No entanto, a administradora municipal fez saber que o gerador que abastece a sede do Bailundo consome 40 litros de gasóleo por hora, o que segundo ela não vai de encontro com as verbas postas a disposição do seu executivo para o efeito.

Segundo garantias das autoridades provinciais, corista do programa de investimentos públicos a reabilitação do sistema de abastecimento de energia e águas, na sede municipal, assim como nas comunas do Hengue e Bimbe, pois, o Longe e Lovemba, outras duas comunas do município já têm fontes alternativas.

Temos um parcelar que não nos permite comprar combustível para abastecer o gerador e trabalhar o dia todo", justificou.

7.2 Mais água potável no Huambo

Semanario Angolense...08-09-07

Um projecto de abastecimento de água potável a várias comunas da província do Huambo, iniciado em 2004, está em implementação, beneficiando cerca de 18 mil pessoas de cinco localidades da região, constatou o Semanário Angolense.

Orçado em 441 mil dólares, num financiamento da companhia aérea British Airways, e o implementado pelo UNICEF, em colaboração com o Governo de Angola, o projecto compreendeu a construção de chafarizes, reservatórios de água, lavandarias e urinóis públicos. O projecto, que só estará completo em meados de Setembro, abrange as localidades de Cuqueta (5.000 pessoas), Ussoque (2.500), Mhave (2.500), Galanga (5.000) e Cumbila (3.000). Segundo o representante da British Airways, Rob Cooper, que efectuou recentemente uma visita de vistoria a essas localidades, o projecto está a caminhar num bom

ritmo. Ele revelou que este é o primeiro passo de um conjunto de acções que a companhia pretende ajudar a implementar em Angola, no quadro de uma política de participação social que a British Airways decidiu empreender nos países onde se faz representar, para o melhoramento da vida das populações locais.

Para Rob Cooper, só o facto de grande parte da população do interior da província do Huambo já estar a consumir o «precioso líquido» representa um factor de orgulho para a empresa que representa em Angola.

«Podemos constatar no terreno que o programa foi implementado com bastante êxito, o que se traduz em grande satisfação para nós, uma vez que atingimos o nosso principal objectivo que era fornecer água potável à população, que assim não tem que andar grandes distâncias para ter acesso à água, mais ainda quando ela se apresenta em condições impróprias para consumo humano», sublinhou. Para Abel Chico, administrador da comuna do Mhave, no município do Chicala-Cholonga, a primeira a beneficiar deste projecto, «a construção dos chafarizes trouxe uma mais-valia a nossa comuna que passou desta forma a consumir água potável, ao contrário do que acontecia até então, quando os populares tinham de ir à busca de água para consumo nos rios mais próximos». Continuando: «Este sistema que foi montado com a ajuda da British Airways tem contribuído para a redução do elevado índice de doenças diarreicas e dermatológicas entre a população, principalmente entre às crianças».

Para além deste projecto, segundo ainda Rob Cooper, a companhia aérea britânica está a financiar novos programas sociais em outros pontos do país, ligados à área da saúde, mais concretamente na prevenção da transmissão do VIH-Sida da mãe para o filho, e no sector da Educação, com a formação de professores, contando aqui com a colaboração da ONG Ajuda para o Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP).

Por outro lado, a Direcção Provincial do Huambo da Energia e Águas, fez saber que a partir do mês de Dezembro vai arrancar um programa idêntico, em outras localidades da província, desta vez com patrocínio da União Europeia. Segundo o seu titular, Adolfo Gomes, além de projectos no sector que dirige, o programa da «União» compreenderá acções nos sectores da Educação e da Saúde.

7.3 Incumprimento no horário de limpeza deixa Luanda cercada de lixeiras

Capital...08-09-07

«Não há quem consiga limpar qualquer cidade no mundo». Foi com esta frase que o consultor da Rangol, Pedra Paiva, justificou o aparente quadro de

incapacidade das operadoras encarregues de manter limpas as artérias da cidade de Luanda.

Mas, para além da escassez de equipamentos técnicos e trabalhadores necessários para combater os focos de lixo, os operadores de limpeza da Elisal, Rangol, Envirobac e SGO queixam-se de que o actual crescimento de lixeiras em Luanda se deve, em parte, ao incumprimento das horas úteis de limpeza. O modelo de saneamento básico adoptado pelas operadoras prevê o início da recolha dirigida do lixo para as 20 horas de cada dia com fim às 5h00 da manhã, mas que na prática acontece de forma diferente.

«Devido à desorganização das equipas de operação, o engarrafamento e a escassez de camiões, a limpeza começa as 23 horas e, quando amanhece, muitos contentores restam cheios de lixo», disse o operador de limpeza da Rangol, Edibrando Castanha, para depois reconhecer que «por cada dia, os trabalhadores apenas têm cinco horas de limpeza».

No município da Maianga, sobretudo no bairro do Prenda, os factos falam por si. Para além do escasso tempo dedicado à recolha dos resíduos sólidos, os responsáveis pela limpeza durante a noite escusam-se de recolher as latas, papéis, sacos e restos de comida espalhados à volta dos contentores, situação que impossibilita os populares de se aproximarem aos recipientes para depositarem o lixo. Esta situação é originária pela falta de boa postura cidadina de alguns cidadãos que não depositam o lixo no lugar devido. Para os serviços de limpeza, a Rangol conta com cerca de 397 trabalhadores, e um número de camiões basculantes não mencionados que, entretanto, se revelam insuficientes para diminuir o excesso de lixo concentrado ao longo da avenida Revolução de Outubro e 21 de Janeiro. Para muitos municípios do Sambizanga, como Elídio Afonso, «o fraco desempenho da Elisal é também um outro caso preocupante». O município não se queixa apenas das poucas horas dedicadas à limpeza, mas também dos efeitos colaterais de um «trabalho pessimamente prestado». É que os problemas estão à vista de todos: ruas mal varridas, contentores e baldes abarrotados de lixo. No mercado Roque Santeiro, sito no município do Sambizanga, a podridão e populares coexistem, mas mesmo assim a vida comercial não pára, numa disputa visível entre cães, moscas e mosquitos, pelo mesmo espaço. Quem faz uma mínima avaliação do trabalho prestado pela Elisal, no município do Sambizanga, conclui logo que o «empenho é péssimo», destacou o morador. Mas isso é o menos. Há muito tempo que na Samba, também chovem reclamações pelas cada vez maiores montanhas de lixo que crescem no interior das valas de escoamento de águas. Funcionários da Envirobac, com quem este jornal manteve contacto, disseram não ser fácil «cuidar do lixo na Samba», sobretudo

porque a empresa não dispõe de contentores suficientes para amparar o excesso de resíduos produzidos. Contudo, aos poucos, a Envirobac vai transformando a recolha de lixo na Samba num «Deus nos acuda», segundo definição dos trabalhadores. O facto dos trabalhadores que residem na Viana trabalharem na Samba, com toda a sorte de engarrafamento que se lhes impossibilita chegarem pontualmente ao local de trabalho é apontado como uma das razões que deixa a Envirobac sem tempo para combater a imundície. Responsável pela recolha de cerca de 420 toneladas de lixo, a operadora, segundo o director das operações, Joaquim Mandela, conta com 40 camiões, 1 roastick, 26 tractores operacionais, 24 carrinhas para apoio das operações e outros equipamentos de varredura e recolha de lixo. O bairro São Paulo está na responsabilidade da SGO, outra empresa de recolha de lixo em Luanda. Uma curta viagem àquela zona permitiu concluir que a operadora anda às turras com os horários de limpeza. A sujidade é uma evidência no bairro e segundo os seus trabalhadores tudo tem a ver com os magros salários que auferem repercutindo-se no «mau trabalho dessa operadora». «A SGO finge que paga os operadores de limpeza e, estes, por sua vez, fingem que trabalham», atestou um trabalhador.

O cumprimento da carga horária necessária para varrer e recolher o lixo, apuramos nesta ronda, está a preocupar a sociedade apreensiva com as chuvas que se avizinham. Outrossim, os próprios trabalhadores de limpeza que se queixam, para além de alguma «desorganização nas hastes das administrações das operadoras, da falta de educação dos populares que deitam o lixo fora dos prazos de recolha.

Vale, porém, frisar que a Elisal, empresa-mãe do saneamento básico de Luanda, tem em carteira um vasto leque de projectos que incluem a construção de raiz de um aterro sanitário no município do Sambizanga, bem como a sofisticação do sistema de recolha de lixo através da venda de baldes aos populares.

7.4 Chuvas destroem 10 casas na povoação de Luangrico

Angop...10-09-07

As chuvas que se abateram, de 08 a 09 deste mês, sobre a povoação de Luangrico, 20 quilómetros a norte do Luena (Moxico), destruíram dez casas, três das quais de construção definitiva, soube hoje a Angop das autoridades locais.

Uma nota das autoridades tradicionais daquela povoação a que a Angop teve hoje, quarta-feira, acesso refere que as chuvas torrenciais iniciaram às 12 horas de sábado e terminaram por volta das zero hora do dia

seguinte.

O documento indica ainda que para além da danificação das casas, as chuvas afectaram também parcialmente uma escola do ensino primário, posto médico e um estabelecimento comercial.

No documento, as autoridades tradicionais solicitam as instituições competentes apoios, sobretudo à população sinistrada nestas primeiras chuvas desta época.

7.5 Administração do Kilamba Kiaxi convive com sinistrados da chuva

Angop...13-09-07

A Administração Municipal do Kilamba Kiaxi promoveu hoje, na circunscrição, um convívio com cerca de duas mil famílias de vários níveis sociais antes afectadas pela chuva, actualmente no Centro de Acolhimento de Sinistrados no Golfe.

A actividade enquadra-se nas celebrações do 17 de Setembro, dia do nascimento do primeiro Presidente de Angola, António Agostinho Neto. A data coincide igualmente com as celebrações do dia do município do Kilamba Kiaxi.

Segundo o administrador comunal do Golfe, Pascoal Furtunato Paulo, o evento têm como objectivo conviver com as pessoas afectadas pela chuva no princípio de 2007 e proporcioná-los um dia diferente. Acrescentou que isto demonstra a solidariedade dos responsáveis do governo local com esta comunidade para não se sentir abandonada.

Disse ainda que devido às fortes chuvas que se abateram no país durante o mês de Janeiro, muitas famílias perderam os seus haveres, razão porque as autoridades locais decidiram proporcionar momentos felizes para esta população.

O município do Kilamba Kiaxi, com uma população estimada em um milhão de habitantes, tem as comunas de Neves Bendinha, Palanca, Havemos de Voltar, Vila Estoril, Golfe e Camama.

7.6 Participação dos comerciantes no saneamento do Rangel considerado indispensável

Angop...13-09-07

A administradora municipal adjunta do Rangel, Ana Maria Silva, considerou hoje, nesta cidade, preponderante o empenho dos responsáveis de estabelecimentos comerciais, na sua circunscrição, com vista a melhorar o saneamento básico do município.

Ana Maria fez este pronunciamento quando procedia a abertura do seminário metodológico municipal, que visou analisar, entre outros assuntos, a prestação de serviços mercantis, procedimentos e mecanismos práticos do novo sistema de licenciamento das actividades comerciais, prazo do pagamento de multas, competência e procedimentos administrativos, assim como a organização de cadastro.

De acordo com a administradora, o papel dos comerciantes na limpeza e recolha de lixo por si produzido deve merecer de todos os responsáveis de empresas uma atenção especial, para permitir melhores condições higiénicas quer do meio quer da saúde dos municípios.

O seminário metodológico municipal do Rangel reuniu mais de 200 concessionários, entre grossistas e retalhistas, faz parte de um ciclo de seminários programado pelo Ministério do Comércio para os nove municípios de Luanda, tendo já sido realizado na Ingombota, Samba e Maianga.

A secção municipal do Rangel do comércio controla 1.120 estabelecimentos comerciais de grande, média e pequena capacidade.

7.7 Ministro da Saúde advoga prevenção contra a febre hemorrágica

Angop...13-09-07

O ministro da Saúde, Rúbem Sicato, defendeu hoje a necessidade de o país prevenir-se contra o surto de febre hemorrágica que assola a República Democrática do Congo, há algumas semanas, pela proximidade entre fronteiras.

O governante, que falava em conferência de imprensa, referiu que o seu pelouro e parceiros estão a trabalhar no sentido de tomarem medidas necessárias para a segurança no país, apesar de ainda não se registar nenhum caso.

Assim, aconselhou algumas medidas de prevenção nomeadamente "vigilância epidemiológica-comunicação", "bio-segurança nas unidades sanitárias", "sensibilização da população", "comunicação dos casos suspeitos", bem como "medidas gerais de prevenção".

A implementação deve abranger todo o país, mas tendo em conta a situação geográfica foram apontadas como províncias prioritárias ou áreas alvos Malanje e Lundas Norte e Sul.

Em Malanje, vão ser priorizados os municípios da Marimba e Massambo, na Lunda Norte, Kambulo, Chitato e Kuanga, enquanto que na Lunda-Sul, o município de Saurimo. Para efeito, são preparadas equipas técnicas com material logístico que deslocar-se-ão na terça-feira próxima para as referidas áreas.

Rubem Sicato informou igualmente estarem disponíveis para a população dois números de contacto do Ministério da Saúde para qualquer dúvida ou dificuldade 222 39 04 85 e 927035899.

A febre hemorrágica é uma doença infecciosa por vírus ébola. Tem como sintomas dor de cabeça, febre, problemas digestivos como vómitos e diarreia.

Na RD Congo, a doença está a registar-se fundamentalmente na aldeia do Mweka, com 166 mortos, dos 300 infectados.

7.8 Rede sanitária da província envolve 133 estabelecimentos

Angop...13-09-07

Cento e trinta e três estabelecimentos médicos, entre hospitais, centros e postos de saúde integram, actualmente, a rede sanitária da província do Kwanza Norte, segundo fez saber hoje à Angop, em Ndalatando, o director provincial da saúde, Manuel Duarte Varela.

Duarte Varela esclareceu que 44 daquelas infra-estruturas encontram-se encerradas, fruto da degradação a que estão sujeitas e da exiguidade de técnicos de saúde qualificados.

O médico indicou que na perspectiva de se garantir à população da província uma assistência médica cada vez mais melhorada, vários projectos de construção de novas infra-estruturas sanitárias decorrem, na região. Entre as aludidas acções, destacou o futuro hospital municipal de Cazengo (sede provincial) e o centro de saúde do "Sassa", ambos presentemente em construção em Ndalatando.

A edificação do hospital municipal de Cazengo, que terá uma capacidade de 70 camas, insere-se num projecto de âmbito central, orçado em mais de 34 milhões de Kwanzas, cujas obras a cargo de uma empresa chinesa se encontram em fase avançada. No município de Cazengo, lembrou, está igualmente em construção um dispensário de lepra e tuberculose, bem como projectada a edificação de um centro municipal de aconselhamento e testagem voluntária do VIH/Sida.

Ao nível do município de Cambambe, continuou, o governo provincial está a construir postos de saúde na localidade do "Alto-Fina" e nas comunas de Dange-ya-Menha, São Pedro da Quilemba e do Zenza do Itombe. Com relação ao Dondo, sede municipal de Cambambe, o mesmo está também a beneficiar da construção de um centro de saúde com capacidade para 30 camas, no quadro do programa governamental de melhoria da assistência médica às populações", garantiu Duarte Varela. Em simultâneo com a melhoria das infra-estruturas, o sector da saúde na província recebeu,

recentemente, do ministério de tutela, diversos equipamentos destinados ao apetrechamento dos hospitais, mormente aparelhos de "Raio-X", de "Anestesia", "Ecógrafos" e meios para a esterilização de instrumentos médicos.

Do mesmo conjunto, o responsável disse constarem igualmente "Bombas de efusão volumétrica" e um "Oftalmoscópio".

Com tais equipamentos, a saúde no Kwanza Norte tem inseridas nos seus serviços especialidades nunca antes existentes, entre elas a de oftalmologia, introduzida pela primeira no hospital central de Ndalatando, desde a criação deste, em inícios da década de 70.

7.9 Vice-ministro garante que surto de cólera terminou

Jornal de Angola...14-09-07

O vice-ministro da Saúde, José Van-Dúnem, garantiu ontem, em Luanda, que Angola já não vive um surto de cólera, ao afirmar que "os casos (da doença) no país reduziram ao máximo", em comparação aos dois primeiros meses de 2007, em que a doença assolou o país.

"A última informação que tive, há 2 semanas, foi de que registou-se apenas quatro casos, um no Sambizanga, igual número no Uíje e dois em Benguela", frisou, realçando que nos meses de Janeiro e Fevereiro no país registaram-se mais de 300 casos. O governante, que falava à Angop, referiu que a redução é fruto da campanha de divulgação de informação por parte do Ministério da Saúde em todo o país, tendo a população passado a primar pelo consumo de água de qualidade e a ter maiores cuidados de prevenção. Para ele, o futuro será bem melhor, com a aprovação, recentemente pelo Conselho de Ministros (CM), do projecto "Água".

7.10 Comuna de Jau ganha sistema de distribuição de água potável

Angop...17-09-07

A inauguração de sistemas de distribuição de água potável e de energia eléctrica na comuna de Jau, município da Chibia, 45 quilómetros a Sul da cidade do Lubango, marca o ponto mais alto das comemorações do Dia do Herói Nacional, nesta província. Os empreendimentos deverão beneficiar pelo menos 14 mil pessoas.

Entretanto, esta comuna vai acolher o acto provincial do 17 de Setembro, a ser orientado pelo governador, Ramos da Cruz.

Nesta localidade, Ramos da Cruz manterá um encontro com o rei local, uma vez que a comuna de Jau foi área de destaque no processo de resistência colonial no Sul do país.

Ainda esta manhã o governador depositou uma coroa de flores no busto do primeiro Presidente de Angola, António Agostinho Neto.

7.11 Recolhidas mais de 20 mil toneladas de lixo acumulado

Angop...24-09-07

Vinte e oito mil, seiscentos e setenta toneladas de lixo acumulado foram recolhidas de 15 a 21 de Setembro em vários municípios da cidade capital pelas empresas de limpeza afectas ao Governo Provincial de Luanda. Segundo uma nota de imprensa do GPL distribuída hoje à Angop, participaram nesta empreitada 21 empresas angolanas, detentoras de camiões basculantes, retro escavadoras e pás carregadoras.

O documento refere que no município de Cacuaco recolheram-se 1.376 toneladas de lixo, no Rangel 524, no Kilamba Kiaxi 5.452 e no Cazenga 4.354. O município da Maianga retirou das ruas 3.410 toneladas, a Samba 7.648, o Sambizanga 4.471 toneladas e Viana 938.

De acordo com a nota, a operação no município da Ingombota saldou-se na recolha de 498 toneladas de lixo acumulado.

Paralelamente e como forma de sensibilização e mobilização dos munícipes para a participação activa na melhoria das condições de higiene e salubridade do meio, o Governo Provincial de Luanda conta, todos os sábados de manhã com a participação dos actores Luís Kifas e Wanda Pereira (Sidónio e Lembinha do programa Conversas no Quintal da TPA), que exibem peças teatrais no âmbito do projecto "Teatro e cidadania".

7.12 A problemática do lixo

Jornal de Angola...26-09-07

A concentração demográfica desordenada em diferentes zonas urbanas de todo o nosso país principalmente no litoral, provoca sem dúvidas um exacerbado consumo de bens de toda índole, gerando enorme quantidade de resíduos diversos, sólidos, líquidos e semisólidos, a que se chama comumente lixo. Estes resíduos são resultantes da mais ampla actividade humana, que cresce com o desenvolvimento tecnológico e industrial e paradoxalmente com a escassez de lugares para o seu depósito. Estamos perante um problema que requer políticas de intervenção que devem passar pela realização de

investimentos em infraestruturas, associadas a acções educativas para mudança de hábitos.

Será ainda necessário que a problemática do lixo não seja apenas discutida nos gabinetes, mas igualmente pela sociedade em fóruns alargados, por forma a se encontrarem consensos que possam de algum modo ajudar os poderes públicos a encontrarem soluções. Outro aspecto importante é o trabalho relativo à colecta domiciliar e urbana do lixo. Nos últimos tempos, observamos que o lixo na nossa cidade capital é recolhido durante todo o dia por diferentes carros colectores de diversas empresas. Em nossa opinião, é importante o funcionamento de um sistema de supervisão permanente, devendo-se atender às reclamações das populações. Temos estado a observar que quase sempre as pessoas culpam as outras de deitarem o lixo em lugares impróprios chamando em geral à responsabilidade os mais próximos (vizinhos), atribuindo-lhes nomes indecentes. Mas acontece que nem sempre há um número suficiente de contentores em muitas localidades.

Temos verificado que um bom número de moradores das diferentes zonas das nossas cidades pagam a pessoas da comunidade para o transporte do lixo domiciliar.

Outra questão relativa à recolha do lixo tem a ver com a tomada de medidas preventivas com vista a se evitar que os que manuseiam o lixo não contraiam doenças infecto-contagiosas e que não se registem acidentes. É preciso prestar atenção ao equipamento de protecção pessoal dos que procedem à recolha do lixo, que pode se transformar num factor de risco para a saúde, se não se tomarem as medidas de segurança que se impõem

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Bispo Tocoista apela fiéis a levarem mensagem de reconciliação nas comunidades

Angop...02-09-07

O bispo da Igreja de Nosso Senhor Cristo no Mundo (Tocoista), Afonso Nunes, apelou hoje, na cidade do Huambo, aos fiéis no sentido de transmitirem mensagem de unidade e reconciliação nas comunidades, para permitir a preservação da paz no país.

O apêlo do líder máximo da igreja “Tocoista” foi expresso durante um culto solene de acção de graças, inserido nas celebrações do 33º aniversário do regresso triunfal de sua santidade dos Açores para Angola de Simão Toco, registado a 29 de Agosto de 1974 no Lobito, testemunhado por mais de 4.850 fiéis. O bispo da Igreja de Nosso Senhor no Mundo, Afonso Nunes, considerou que “a guerra é inimigo do sossego do homem”, pelo que a população tem que cultivar o espírito de unidade, tolerância e reconciliação nacional. O líder da igreja Tocoista em Angola acrescentou que, “as pessoas não podem cultivar espírito do mal” e a pelou-as a preservarem os bens públicos, salientando que os órgãos de Justiça, Polícia e autoridades tradicionais devem contribuir na sensibilização das comunidades na preservação das coisas públicas e pensar no futuro.

Por outro lado, durante a sua estadia no Huambo, o bispo da Igreja de Nosso Senhor no Mundo “Tocosita”, Afonso Nunes, lançou a primeira pedra para a construção de um templo na província e de uma escola que terá cinco salas de aulas.

Igualmente, entregou roupa usada, bicicletas e motorizadas à algumas paróquias locais. Durante a sua estada na província do Huambo, o líder máximo da igreja Tocoista procedeu ainda a entrega de bens diversos e medicamentos essencial aos Hospitais Central e Sanatório, assim como realizou duas palestras sobre o tema “a vida e obra de Simão Toko”. Foi também recebido pelo vice-governador para esfera social, Agostinho Djaka.

8.2 Congresso ‘PRO PACE’ aborda ‘Democracia e Oposição’

Angop...11-09-07

Os participantes ao Congresso “PRO PACE” abordaram hoje, segundo dia do fórum, temas ligados à “Democracia e a Oposição”, o “Papel das autoridades

governamentais, Político-Militares, Eclesiásticas, tradicionais e dos cidadãos na preparação das eleições”. A abordagem desses temas visa aos participantes organizarem ideias e darem o seu contributo no futuro pleito eleitoral.

Quarta-feira, serão discutidos assuntos ligados à Democracia e Direitos Humanos, Ferramentas para análise, Prevenção e Resolução de Conflitos, Democracia e Género.

O evento, que congrega religiosos, políticos, responsáveis de diferentes sectores da vida socioeconómica da província e Ong, termina quinta-feira (13).

Para os participantes, este encontro surge num momento de extrema importância, tendo em conta os desafios que se aproximam devido à preparação das segundas eleições em Angola.

8.3 Desactivados mais de dois mil engenhos explosivos

Angop...11-09-07

Quatro minas anti-tanque e 2.543 engenhos explosivos não detonados foram desactivados de Janeiro a Junho deste ano, nos seis municípios da província do Cunene, informou hoje, terça-feira, à Angop, o oficial de ligação e informação para acção de minas no Cunene, Mário Satipamba.

Ao apresentar o relatório das actividades desenvolvidas pelas ONG e brigadas de desminagem na região, o responsável adiantou terem sido igualmente desactivadas, no mesmo período, 70 minas anti-pessoal.

Segundo Mário Satipamba, as acções são desenvolvidas pelas organizações “Rocand”, Instituto Nacional de Desminagem (INAD), “Sedita” e a brigada de desminagem afecta às Forças Armadas Angolanas (FAA). Actualmente, frisou, o trabalho de desminagem está a ser feito nas áreas de Ruacana, Xangongo, Humbe e Kahama, limpando a futura área onde irá passar a rede eléctrica, bem como no município do Cuvelai. O responsável reconheceu haver avanços significativos no tocante ao programa nacional de desminagem na província, tendo já desminado um milhão 595 mil e 191 metros quadrados a nível da região. Sobre a entrega, segunda-feira, do mapa e croquis operativas dos eventuais campos de minas plantados no território angolano pelas então forças armadas do regime do Apartheid pelo o governo sul-africano, na pessoa do ministro da Defesa da República da África do Sul, Mosiuoa Lekota, considerou um ganho para o processo de desminagem no país. Nesta senda, adiantou, tão logo a província tenha acesso a este documento, possibilitará a realização de

um trabalho mais pormenorizado e concreto nas devidas áreas indicadas.

Quanto a campanha de sensibilização e mobilização, sustentou ser um processo contínuo, realizado junto das comunidades sub-urbanas e rurais, de modo a informar e prevenir a população sobre os perigos de minas, facto que tem contribuindo na redução de acidentes de minas nas zonas rurais da região, sem contudo avançar números.

8.4 Congresso Pro Peace abordou realização das futuras eleições gerais

Folha8...22-09-07

O congresso Pro Pace, que preparou os cidadãos para sua participação activa no próximo pleito eleitoral a decorrer no país, teve lugar na cidade do Uíge, no anfiteatro do Instituto Normal de Educação Cor Mariae. O evento foi organizado pela Comissão de Justiça e Paz da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe, com o apoio financeiro da Comunidade Europeia. O conclave, que durou três dias, teve como objectivo preparar os cidadãos para a sua participação activa no próximo pleito eleitoral a decorrer no país. Temas como, liberdade de imprensa e democracia, cidadania e democracia, eleições e democracia, alternância do poder e democracia, oposição e democracia, democracia e desenvolvimento, direitos humanos e democracia, assim como unidade na pluralidade foram abordados durante o encontro. O bispo coadjutor da diocese do Uíge, Dom Emílio Sumbelelo, depois de reconhecer o papel da igreja para o alcance da paz, afirmou que a mesma continua a trabalhar para a sua consolidação e defesa. "Foi com o objectivo de construir a democracia e com ela consolidar a paz que, em 2005, realizamos o 2º Congresso Nacional Pro Pace, subordinado ao tema "Construtores da Democracia". Dom Emílio Sumbelelo caracterizou as eleições como alicerce da democracia e comparou-as a um tribunal supremo em que o povo julga o Governo, que reelege o bom Governo e demite aquele que julga não o ser, sem apelação, referiu. O prelado assegurou que a Igreja Católica realizou este congresso Pro Pace em todas as dioceses, para esclarecer sobre o processo eleitoral, de forma a tornar o próximo pleito mais justo e livre.

8.5 Mulheres participam no I encontro sobre programa conjunto do género

Angop...25-09-07

Trinta mulheres afectas à instituições públicas, ong's, igrejas, organizações femininas partidárias entre outras participam desde hoje nesta cidade no primeiro encontro provincial sobre a introdução do programa conjunto do género.

O evento, promovido pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher, visa capacitar os funcionários do pelouro e outros especialistas da área sobre alguns instrumentos jurídicos internacionais relativos aos direitos da mulher e promoção de igualdade no género. O encontro, que encerra quarta-feira, visa ainda introduzir o Minfam na lógica de intervenção do programa conjunto do género, bem como sensibilizar os membros do governo e do conselho de coordenação multisectorial sobre o género.

Durante dois dias as participantes ao encontro vão abordar temas como a Plataforma de Beijing, elaboração do plano de acção provincial, resultados do que já se fez desde a implementação do programa em 2 anos, entre outros.

Na abertura do encontro, a directora nacional para os direitos da família, Maria Mpava Medina precisou que o seu pelouro durante muito tempo tem vindo a desenvolver várias acções sobre o género, para as quais se deve engajar membros do governo e da sociedade civil visando a implementação do programa. "Neste encontro vamos trabalhar com o grupo do conselho de coordenação multisectorial em género e os membros do conselho provincial da família para a introdução do programa conjunto em causa", referiu.

8.6 Nações Unidas: Chefe de Estado angolano congratula-se com progressos de processos de paz

Angop...26-09-07

O Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, disse terça-feira, em Nova Iorque, que enquanto Angola presidiu recentemente à Comissão de Paz das Nações Unidas "apraz-nos registar, como progressos importantes, a consolidação da paz na República Democrática do Congo, no Burundi, na Côte d'Ivoire, na Serra Leoa e Libéria".

José Eduardo dos Santos discursava na 62ª Assembleia Geral das Nações Unidas cujos trabalhos, com temas ligados ao terrorismo e análises da conjuntura internacional, entre outros, irão decorrer até ao próximo dia 3 de Outubro.

Prevalecem, no entanto, os conflitos entre a Etiópia e a Eritreia, o de Darfur, no Sudão, e mantem-se não resolvida a questão da auto-determinação do Sahara Ocidental", acrescentou.

"Estou convencido de que a ONU manter-se-á

engajada na busca da solução para estes processos no mais curto espaço de tempo possível e as forças da ONU serão desdobradas em Darfur”, segundo o Chefe de Estado angolano. Disse que em Luanda está neste momento sediada a Comissão do Golfo da Guiné, e aí se encontraram recentemente, por iniciativa de Angola, os representantes da Zona de Cooperação do Atlântico Sul. Ambas as instituições são veículos promotores da paz, segurança, estabilidade e cooperação multiforme entre os seus membros, em consonância com os princípios da Carta da ONU.

Segundo o Presidente, não é demais sublinhar o “papel decisivo” que as organizações regionais e sub-regionais podem desempenhar nos esforços de prevenção e resolução de conflitos e, ao mesmo tempo, alertar para o aprofundamento dos mandatos e do financiamento das missões de paz das Nações Unidas, sem que esta descure as actividades pós conflito, como o desarmamento e o reassentamento das populações, entre outras acções. No caso particular de África, asseverou, “interessa-nos ainda ver totalmente materializadas as metas do Milénio, para que o continente no seu todo possa acerta o passo e alinhar pelo ritmo de crescimento da economia mundial. A redução para metade extrema da pobreza, cuja erradicação a ONU projectou para 2015, tem de ser acompanhada também por um combate decisivo contra a fome, a doença, o HIV/SIDA e outros males endémicos.

A eficácia desta acção, porém, depende de outras acções complementares, como relações comerciais mais justas com os países desenvolvidos, maior fluidez na transferência de capitais, assistência oficial ao desenvolvimento e o perdão da dívida externa.